

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO CARLOS - UFSCar  
CENTRO DE EDUCAÇÃO E CIÊNCIAS HUMANAS - CECH - campus São Carlos  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GESTÃO DE ORGANIZAÇÕES E SISTEMAS  
PÚBLICOS - PPGGOSP

GUSTAVO YOSHIO WATANABE

**LIMITES E POSSIBILIDADES DAS COMPRAS INSTITUCIONAIS PARA O  
FORTALECIMENTO DA AGRICULTURA FAMILIAR: ESTUDO DE CASO DO  
IFSP – CAMPUS AVARÉ**

São Carlos - SP  
2020

GUSTAVO YOSHIO WATANABE

**LIMITES E POSSIBILIDADES DAS COMPRAS INSTITUCIONAIS PARA O  
FORTALECIMENTO DA AGRICULTURA FAMILIAR: ESTUDO DE CASO DO  
IFSP – CAMPUS AVARÉ**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Gestão de Organizações e Sistemas Públicos (PPGGOSP) da Universidade Federal de São Carlos (UFSCar) para obtenção do título de Mestre em Gestão de Organizações e Sistemas Públicos

Orientador: Prof. Dr. Wagner de Souza Leite  
Molina

São Carlos - SP  
2020



# UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO CARLOS

Centro de Educação e Ciências Humanas  
Programa de Pós-Graduação em Gestão de Organizações e Sistemas Públicos

---

## Folha de Aprovação

---

Defesa de Dissertação de Mestrado do candidato Gustavo Yoshio Watanabe, realizada em 18/12/2020.

### Comissão Julgadora:

  
Prof. Dr. Wagner de Souza Leite Molina (UFSCar)

  
Prof. Dr. Joelson Gonçalves de Carvalho (UFSCar)

  
Profa. Dra. Maria Cristina Marques (IFSP)

O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Brasil (CAPES) - Código de Financiamento 001.

O Relatório de Defesa assinado pelos membros da Comissão Julgadora encontra-se arquivado junto ao Programa de Pós-Graduação em Gestão de Organizações e Sistemas Públicos.

Dedico esta pesquisa ao Pai Celestial que acompanha meu caminhar.  
À minha querida mãe Shizue.  
À minha guerreira irmã Bianca.

## AGRADECIMENTOS

Agradeço ao Pai Celestial que me capacita todos os dias da minha vida.

Agradeço à minha mãe Shizue pela batalha diária na minha criação e pelos ensinamentos de vida.

Agradeço à minha irmã Bianca pelo companheirismo e pelo apoio.

Agradeço ao meu pai Toshio que, mesmo pela distância física, se fez presente em mais esse ciclo de minha vida.

Agradeço à minha família pelos muitos exemplos que me norteiam.

Agradeço aos meus amigos, em especial, Vinicius, Waldir e Bruna que compartilharam, muito mais do que conselhos, esperança para que eu pudesse concluir o mestrado.

Agradeço aos meus amigos de trabalho, em especial, Maria Clara, Thamires, Carina e Tatiane pela paciência nos momentos de ausência e Felipe pelo suporte que me deu no desenvolvimento do trabalho.

Agradeço aos agricultores entrevistados, primeiro pela nobreza do trabalho que desenvolvem diariamente, segundo pelo aceite ao chamado desta pesquisa.

Agradeço aos meus amigos do PPGGOSP, Fabiana, Juliana, Júlio Cesar e Maria Emília pelos incontáveis momentos alegradores compartilhados.

Agradeço aos docentes do PPGGOSP pelos ensinamentos e aos colegas de turma pelo companheirismo.

Agradeço ao meu orientador Prof. Wagner pela atenção e, principalmente, pela confiança depositada em diversos momentos dessa jornada.

Agradeço ao Prof. Joelson pelo conhecimento compartilhado da disciplina ministrada às contribuições enriquecedoras como membro da banca de qualificação e defesa.

Agradeço à Profa. Maria Cristina pela colaboração no desenvolvimento dessa dissertação como banca e pela competência e presteza que admiro.

Agradeço, por fim, àqueles que, cada um da sua maneira, torceram por mim.

“Vive, dizes, no presente;  
Vive só no presente.”  
Fernando Pessoa

## RESUMO

O Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) são políticas públicas que possuem entre suas finalidades: promover o acesso à alimentação e incentivar a agricultura familiar. Esse trabalho tem como objeto de estudo, utilizando-se do estudo de caso e da pesquisa-ação como metodologia, analisar a experiência de compras do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo – campus Avaré junto à agricultura familiar. Quanto ao estudo de caso refere-se às experiências de compras, compreendidas no período de 2016 a 2019, quando a autarquia federal iniciou a execução do PNAE utilizando o campus Avaré como projeto piloto. Já quanto à pesquisa-ação ela sustenta-se no fato do pesquisador ter participado das compras realizadas nesse período. A coleta de dados do trabalho foi feita através de entrevistas com agricultores familiares que participaram, participam ou nunca participaram como beneficiários dessas políticas para o IFSP – campus Avaré no período estudado. Somam-se as entrevistas, a pesquisa documental que trouxe dados de editais, contratos, projetos de venda, entre outros documentos, bem como a observação participante que trouxe contribuições nas análises dos resultados obtidos. Por fim, quanto aos resultados nota-se a importância das execuções dessas compras para a agricultura familiar, demonstrada pelas percepções dos agricultores principalmente quanto à parcela que elas representam nas suas rendas. No entanto, eles apontam que, entre as principais dificuldades, os preços de comercialização não são interessantes e também problemas com o transporte, o que devem ser avaliados pelos órgãos executores. Quanto às possibilidades de aproximação entre os *stakeholders* constata-se uma necessidade de aproximação para solucionar as dificuldades apontadas, mas positivamente há intenção de envolvimento por parte dos entrevistados na participação dessas discussões. Por fim, no contexto da pandemia, constata-se que houve impacto econômico negativo na renda para os agricultores beneficiários dessas políticas públicas devido à suspensão das entregas nas escolas, corroborando com a importância e o impacto positivo que essas políticas públicas representam para esses agricultores familiares.

**Palavras-chave:** Implementação de políticas públicas, IFSP, Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), agricultura familiar.

## ABSTRACT

The Food Acquisition Program (PAA) and the National School Feeding Program (PNAE) are public policies that have among their purposes: promoting access to food and encouraging family farming. This work has the object of study, using the case study and action research as a methodology, to analyze the shopping experience of the Federal Institute of Education, Science and Technology of São Paulo - Avaré campus together with family farming. As for the case study, it refers to the shopping experiences, comprised in the period from 2016 to 2019, when the federal autarchy started the execution of the PNAE using the Avaré campus as a pilot project. As for action research, it is supported by the fact that the researcher participated in the purchases made during this period. The data collection of the work was done through interviews with family farmers who participated, participate or never participated as beneficiaries of these policies for the IFSP - campus Avaré during the studied period. In addition to the interviews, the documentary research that brought data from notices, contracts, sales projects, among other documents, as well as the participant observation that brought contributions in the analysis of the results obtained. Finally, as regards the results, the importance of executing these purchases for family farming can be seen, demonstrated by the farmers' perceptions mainly regarding the share they represent in their incomes. However, they point out that, among the main difficulties, marketing prices are not interesting and also problems with transportation, which must be evaluated by Organs executing agencies. As for the possibilities of approximation among stakeholders, there is a need for approximation to resolve the difficulties mentioned, but positively there is an intention of involvement by the interviewees in participating in these discussions. Finally, in the context of the pandemic, it appears that there was a negative economic impact on income for farmers benefiting from these public policies due to the suspension of school deliveries, corroborating the importance and positive impact that these public policies represent for these family farmers.

**Keywords:** Implementation of public policies, IFSP, National School Feeding Program (PNAE), Food Acquisition Program (PAA), family farming.



## LISTA DE TABELAS

<b>Tabela 1</b> – Histórico de Chamadas Públicas do IFSP – campus Avaré compreendendo os anos de 2016 a 2019 .....	46
<b>Tabela 2</b> – Resultado da Chamada Pública 01582/2016 (PNAE) .....	47
<b>Tabela 3</b> – Resultado da Chamada Pública 01582/2017 (PNAE E PAA) .....	47
<b>Tabela 4</b> – Resultado da Chamada Pública 01582/2018 (PNAE) .....	47
<b>Tabela 5</b> – Resultado da Chamada Pública 02582/2018 (PAA) .....	48
<b>Tabela 6</b> – Resultado da Chamada Pública 03582/2018 (PAA) .....	48
<b>Tabela 7</b> – Resultado da Chamada Pública 04582/2018 (PNAE) .....	48
<b>Tabela 8</b> – Resultado da Chamada Pública 01582/2019 (PAA) .....	49
<b>Tabela 9</b> – Resultado da Chamada Pública 02582/2019 (PNAE) .....	49
<b>Tabela 10</b> – Resultado da Chamada Pública 03582/2019 (PAA) .....	49
<b>Tabela 11</b> – Distribuição dos contratos (Grupos Formais) .....	50
<b>Tabela 12</b> – Distribuição dos contratos (Fornecedores individuais) .....	50
<b>Tabela 13</b> – Idade dos respondentes .....	51
<b>Tabela 14</b> – Profissão dos respondentes .....	52
<b>Tabela 15</b> – Fornecimento através do PAA/PNAE para instituições .....	52
<b>Tabela 16</b> – Dificuldades apontadas pelos agricultores que nunca forneceram .....	54
<b>Tabela 17</b> – Dificuldades apontadas pelos agricultores que forneceram para o IFSP – campus Avaré e Prefeitura de Avaré .....	55
<b>Tabela 18</b> – Principal dificuldade apontada pelos agricultores que forneceram para o IFSP – campus Avaré e Prefeitura de Avaré .....	56
<b>Tabela 19</b> – Principal dificuldade apontada pelos agricultores que forneceram para a Prefeitura de Avaré .....	57
<b>Tabela 20</b> – Recebimento de auxílio na superação das dificuldades apontadas pelos agricultores .....	59
<b>Tabela 21</b> – Necessidade de mais espaços para discussões sobre as dificuldades apontadas pelos agricultores .....	59
<b>Tabela 22</b> – Percentual da renda dos agricultores que correspondente às vendas para o IFSP – campus Avaré .....	61

<b>Tabela 23</b> – Impacto na renda dos agricultores no contexto da pandemia .....	62
<b>Tabela 24</b> – Influência positiva na renda dos agricultores e participação nos programas no contexto da pandemia .....	63

## LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

AF	Agricultura familiar
Caaf	Compra Antecipada da Agricultura Familiar
CAE	Conselho de Alimentação Escolar
Caeaf	Compra Antecipada Especial da Agricultura Familiar
Cdaf	Compra Direta da Agricultura Familiar
Cdlaf	Compra Direta Local da Agricultura Familiar
CECH	Centro de Educação e Ciências Humanas
Cgaf	Contrato de Garantia de Compra da Agricultura Familiar
CNA	Comissão Nacional de Alimentação
CONSEA	Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional
Contag	Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura
COVID-19	<i>Coronavirus disease</i>
DAP	Declaração de Aptidão ao Pronaf
EE	Entidade Executora
Emater	Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural
Embrapa	Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária
EUA	Estados Unidos da América
FISI	Fundo Internacional de Socorro à Infância
FNDE	Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação
GGPAA	Grupo Gestor do Programa de Aquisição de Alimentos
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IFSP	Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo
INEP	Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira
MDA	Ministério do Desenvolvimento Agrário
MEC	Ministério da Educação
MP	Medida Provisória
ONU	Organização das Nações Unidas
PA	Pesquisa-ação
PAA	Programa de Aquisição de Alimentos
PLS	Projeto de Lei do Senado
PMI	<i>Project Management Institute</i>
PNAE	Programa Nacional de Alimentação Escolar
PP	Política Pública
PPGGOSP	Programa de Pós-Graduação em Gestão de Organizações e Sistemas Públicos
PPS	Política Pública Saudável
PROEJA FIC	Programa Nacional de Integração da Educação Profissional com Educação Básica na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos - Formação Inicial e Continuada
Pronaf	Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar
Provap	Programa de Valorização da Pequena Produção Rural

RS	Rio Grande do Sul
SAF	Secretaria da Agricultura Familiar
SAPS	Serviço de Alimentação da Previdência Social
Sebrae	Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas
SP	São Paulo
UFSCar	Universidade Federal de São Carlos
USAID	<i>Agency for International Development</i>

## SUMÁRIO

<b>1. INTRODUÇÃO</b> .....	13
1.1 Apresentação/Contextualização .....	13
1.2 Problema de pesquisa .....	14
1.3 Objetivos de pesquisa .....	14
1.4 Justificativa .....	15
<b>2. REFERENCIAL TEÓRICO</b> .....	17
2.1 Implementação de Políticas Públicas .....	17
2.2 Agricultura Familiar no Brasil .....	18
2.3 Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) .....	24
2.4 Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) .....	30
2.5 O Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo – campus Avaré .....	34
<b>3. MÉTODO DE PESQUISA</b> .....	36
3.1 Coleta de dados .....	40
3.2 Participantes da pesquisa .....	44
3.3 Aspectos Éticos .....	44
<b>4. RESULTADOS</b> .....	45
4.1 Histórico das execuções do PNAE e do PAA no IFSP – campus Avaré .....	45
<b>5. CONSIDERAÇÕES FINAIS</b> .....	64
<b>REFERÊNCIAS</b> .....	66
<b>ANEXOS</b> .....	73
ANEXO A – Termo de Consentimento Livre e Esclarecido .....	73
ANEXO B – Roteiro de Entrevista .....	77

# 1. INTRODUÇÃO

## 1.1 Apresentação/Contextualização

Segundo Dias et al. (2013) o país “ainda apresenta uma significativa herança enraizada tanto na monocultura e na constituição de grandes propriedades de terra” (DIAS et al., 2013, p. 103), assim “as políticas agrárias e agrícolas direcionadas pelo Estado desde seu início focalizam o apoio a grande empresa agrícola a partir da introdução de pacotes tecnológicos externos e práticas influenciadas pela filosofia da Revolução Verde” (DIAS et al., 2013, p. 103).

Hespanhol (2013) cita que “entre meados dos anos 1990 e início deste século (XXI), as políticas direcionadas ao meio rural brasileiro, particularmente as destinadas à agricultura de pequeno porte, passaram por importantes mudanças engendradas pelo Estado brasileiro” (HESPANHOL, 2013, p. 470).

Argumentam Esquerdo e Bergamasco (2014) que “a constatação e o reconhecimento da existência de um setor da agricultura, em que predominava o trabalho familiar, que genericamente associava família, trabalho e produção” (ESQUERDO; BERGAMASCO, 2015, p. 206) demandou “por parte do Estado, em especial, a formulação de programas de políticas públicas” (ESQUERDO; BERGAMASCO, 2015, p. 206).

Carvalho (2015) defende que “incentivar a agricultura familiar, visando ao desenvolvimento local sustentável, é uma das incumbências do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA)<sup>1</sup>, pela Secretaria da Agricultura Familiar (SAF)” (CARVALHO, 2015, p. 180), dessa forma pontua que “existem diversas ações, mais ou menos eficazes, para alavancar a agricultura familiar no Brasil; entretanto, elencaremos três que têm tido impactos visíveis para os agricultores familiares, especialmente os mais pobres” (CARVALHO, 2015, p. 180). Finaliza: “o Pronaf, o PAA e o PNAE” (CARVALHO, 2015, p. 180).

Neste contexto, este trabalho terá como principal objetivo analisar duas delas: o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) e o Programa de Aquisição de Alimentos

---

1 Extinto pela Medida Provisória nº 726, de 12 de maio de 2016, expedida pelo Presidente em exercício Michel Temer

(PAA), através das compras efetuadas pelo Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo – campus Avaré no período de 2016 a 2019.

Entre as motivações pessoais para este estudo, primeiramente, ressalta-se a oportunidade de ter como objeto o local de trabalho do pesquisador.

Outro fator importante foi a experiência pioneira, no âmbito dos Institutos Federais de São Paulo, do campus Avaré na compra junto à agricultura familiar, no ano de 2016, via Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE). Fato este que motivou o estudo e, como consequência, o respeito e admiração pelo tema.

A relevância do tema também pode ser encontrada em projetos de lei em tramitação como é o caso do Projeto de Lei do Senado (PLS) 331/2017 que visa aumentar de 30% (percentual estabelecido pela Lei Nº 11.947, de 16 de junho de 2009) para 50% a compra direta de gêneros alimentícios da agricultura familiar com recursos repassados via PNAE.

Assim sendo, para contribuir com este debate, este trabalho está subdividido em 4 partes: na seção 1 será apresentada uma visão geral do estado da arte dos seguintes temas: Implementação de Políticas Públicas, Agricultura Familiar no Brasil, Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) e Programa de Aquisição de Alimentos (PAA). Na seção 2 será descrito o método de pesquisa. Na penúltima seção (3) serão analisados os resultados. Por fim, na última seção (4) serão feitas considerações finais a partir da discussão apresentada e indicando caminhos para futuras pesquisas.

## **1.2 Problema de pesquisa**

Como citado anteriormente, entre os objetivos destas políticas públicas constam o atendimento à agricultura familiar fomentando o desenvolvimento local da produção e seu consumo nas escolas.

Dessa forma, o problema de pesquisa, objeto deste estudo, será: quais as contribuições das execuções do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) e do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), feitas pelo Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo – campus Avaré, para a agricultura familiar?

## **1.3 Objetivos de pesquisa**

Objetivo Geral

Avaliar as contribuições através das execuções do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) e do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), pelo Instituto Federal de

Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo – campus Avaré, para o fortalecimento da agricultura familiar.

#### Objetivos Específicos

- Analisar os limites e possibilidades encontradas pelos agricultores familiares referente às vendas institucionais;
- Analisar a importância das vendas institucionais na renda dos agricultores familiares;
- Analisar o envolvimento dos *stakeholders* na execução dessas políticas públicas;
- Propor melhorias para execução dessas políticas públicas.

#### 1.4 Justificativa

A pesquisa visa a obtenção de dados que serão utilizados para fins científicos, proporcionando maiores informações e discussões que poderão trazer benefícios para as compras feitas pelo IFSP – campus Avaré, bem como para a construção de novos conhecimentos.

Quanto aos estudos que tratam dessas políticas públicas muitos deles se concentram em temas como cardápios (estudos de aceitação, montagem, atendimento às normas nutricionais vigentes, ou seja, concentrados pelo viés da saúde e nutrição), também não são raros os estudos dos órgãos de fiscalização como os conselhos de alimentação escolar (CAE).

Nesse sentido, Libermann e Bertolini (2015), em artigo que mapeou as tendências de pesquisa do PNAE, durante o período de 2008 a 2013, corroboram

que as principais tendências de pesquisa na área de políticas públicas que predominam no Brasil através do Programa de Alimentação Escolar, se caracterizam pelo estudo de estratégias de Segurança Alimentar e Nutricional, analisando a composição e a aceitação dos alimentos oferecidos aos estudantes pela análise da produção, melhores condições de vida e desenvolvimento local dos produtores rurais (LIBERMANN; BERTOLINI, 2015, p. 3545).

Por fim, em artigo que apresentou dados de pesquisa realizada com mais de 90% dos municípios brasileiros, Machado et al. (2018) complementam destacando outros *gaps* de pesquisa, entre eles “sugere-se a realização de mais pesquisas sobre o tema, que explorem as necessidades dos municípios em relação à assessoria técnica na área de gestão das políticas públicas e no desenvolvimento da agricultura familiar” (MACHADO et al., 2018, p. 4162), bem como



da articulação dos dados investigados a outras características municipais, como tempo de emancipação político-administrativa, índice de desenvolvimento humano e taxa de urbanização, identificando as relações de desenvolvimento das cidades e do acesso a alimentos provenientes da agricultura familiar (MACHADO et al., 2018, p. 4162).

Dessa maneira, o trabalho se justifica no sentido da análise das políticas pelo viés dos agricultores familiares, estabelecendo triangulações com o estado da arte levantado visando investigar seus objetivos e contribuir com a evolução dos estudos com essa temática.

## 2. REFERENCIAL TEÓRICO

### 2.1 Implementação de Políticas Públicas

Segundo Souza (2006) “a política pública enquanto área de conhecimento e disciplina acadêmica nasce nos EUA, rompendo ou pulando as etapas seguidas pela tradição européia de estudos e pesquisas nessa área” (SOUZA, 2006, p. 21), para a autora estes “concentravam, então, mais na análise sobre o Estado e suas instituições do que na produção dos governos” (SOUZA, 2006, p. 22).

A definição de políticas públicas, segundo Teixeira (2002), “são diretrizes, princípios norteadores de ação do poder público; regras e procedimentos para as relações entre poder público e sociedade, mediações entre atores da sociedade e do Estado” (TEIXEIRA, 2002, p. 2).

Complementa Teixeira (2002) que “são políticas explicitadas, sistematizadas ou formuladas em documentos (leis, programas, linhas de financiamentos) que orientam ações que normalmente envolvem aplicações de recursos públicos” (TEIXEIRA, 2002, p. 2).

Conclui Souza (2006) que “não existe uma única, nem melhor, definição sobre o que seja política pública” (SOUZA, 2006, p. 24).

Frey (2000) discorre que “as tradicionais divisões do ciclo político nas várias propostas na bibliografia se diferenciam apenas gradualmente. Comum a todas as propostas são as fases da formulação, da implementação e do controle dos impactos das políticas” (FREY, 2000, p. 226).

Neste sentido, Souza (2006) colabora

a política pública como um ciclo deliberativo, formado por vários estágios e constituindo um processo dinâmico e de aprendizado. O ciclo da política pública é constituído dos seguintes estágios: definição de agenda, identificação de alternativas, avaliação das opções, seleção das opções, implementação e avaliação (SOUZA, 2006, p. 29).

Para este estudo, daremos ênfase ao estágio da implementação de políticas públicas.

Oliveira (2006) argumenta que “no Brasil, especialmente em nível federal, o planejamento ainda é visto como uma coisa quase que estritamente tecnicista dominada por economistas e burocratas” (OLIVEIRA, 2006, p. 274), dessa maneira “assumem que uma vez tendo o *plano certo*, a implementação sairá automaticamente” (OLIVEIRA, 2006, p. 274).

No entanto, Oliveira (2006) alerta que “a realidade tem sido diferente: muitos projetos, programas e políticas falham na implementação como planejado ou têm impactos negativos inesperados” (OLIVEIRA, 2006, p. 274).

O estudo aqui proposto pode contribuir para o aprimoramento do ciclo das políticas públicas, ao abordar questões inerentes à etapa de implementação, sobretudo no que tange à execução dos processos de compras pelas entidades que operam os recursos do PNAE e do PAA (os agentes executores da PP). Considerando que a avaliação da fase de implementação fornece informações úteis para o aprimoramento, além de identificar lacunas e possibilidades em relação à articulação das políticas, bem como eventual necessidade de novas políticas públicas (ou o resgate/reformulação de outras) envolvendo custos, logística, entre outras a serem reveladas.

## **2.2 Agricultura Familiar no Brasil**

Para começar a tratar deste tema, primeiramente vamos ao conceito, segundo Neves (2007) o termo agricultura familiar, nos anos de 1990, raramente se fazia presente nos campos de estudo das ciências sociais e de construção de projetos agrônômicos no Brasil. Segundo a autora eram recorrentes termos de designação como: “pequeno produtor, pequeno proprietário e, por vezes, camponês” (NEVES, 2007, p. 211).

Para Schneider (2003) o termo “agricultura familiar”, no Brasil, ganhou espaço a partir dos anos de 1990. Para o autor dois eventos que ocorreram, especialmente na região Centro-Sul, impactaram no meio rural.

No campo da política, a adoção do termo “parece ter sido encaminhada como uma nova categoria-síntese pelos movimentos sociais do campo, capitaneados pelo sindicalismo rural ligado à Contag (Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura)” (SCHNEIDER, 2003, p. 99).

Por outro lado, “a afirmação da agricultura familiar no cenário social e político brasileiro está relacionada à legitimação que o Estado lhe emprestou ao criar, em 1996, o Pronaf (Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar)” (SCHNEIDER, 2003, p. 99).

Por fim, contribui Carvalho (2015) que “o conceito de agricultura familiar, hoje definido por lei, é um avanço recente” (CARVALHO, 2015, p. 139).

Antes de trazermos a definição da legislação faremos um breve relato histórico da evolução da agricultura familiar no Brasil.

As autoras, Esquerdo e Bergamasco (2014), corroboram que “a partir dos anos 1990, a agricultura familiar no Brasil começou a ter reconhecimento enquanto categoria social e produtiva, através da formulação de políticas a seu favor” (ESQUERDO; BERGAMASCO, 2015, p. 206).

Segundo Esquerdo e Bergamasco (2014) foi criado o Provap (Programa de Valorização da Pequena Produção Rural), em 1994, o que seria o “passo inicial para a constituição, dois anos depois, do primeiro e mais importante programa de política pública direcionado à agricultura familiar: o Pronaf” (ESQUERDO; BERGAMASCO, 2015, p. 206).

Para a formulação do Pronaf e suas diretrizes é importante mencionar o referencial, segundo Carneiro (1997), utilizaram “experiências européias, principalmente a da França, que elegeram a agricultura familiar como a forma de produção sobre a qual se implementou, no pós-guerra, a modernização da produção agrícola e da sociedade rural” (CARNEIRO, 1997, p. 71).

De acordo com Aquino e Schneider (2011), o Pronaf tinha como finalidade “apoiar o desenvolvimento rural, tendo como fundamento o fortalecimento da agricultura familiar como segmento gerador de emprego e renda” (AQUINO; SCHNEIDER, 2011, p. 314).

Carvalho (2015) define o Pronaf como um programa que “financia projetos (individuais ou coletivos) que gerem renda aos agricultores familiares e assentados da reforma agrária” (CARVALHO, 2015, p. 181). Entre algumas características do programa o autor destaca as “taxas de juros reduzidas, abaixo da inflação” (CARVALHO, 2015, p. 181), dessa forma “é um programa pensando para facilitar as atividades agropecuárias, as compras de equipamentos e a melhoria das condições de vida dos agricultores familiares” (CARVALHO, 2015, p. 181).

Já para os autores Grisa e Schneider (2014) o Pronaf tinha como objetivo “a construção de um conjunto de medidas orientadas para fortalecer e garantir a produção agrícola dos agricultores familiares” (GRISA; SCHNEIDER, 2014, p. 132).

Conforme Aquino e Schneider (2011) o reconhecimento das demandas da agricultura familiar passou “primeiro, através da criação do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf), por meio do Decreto Presidencial nº 1.946, datado de junho de 1996” (AQUINO; SCHNEIDER, 2011, p. 312) e posteriormente “através de um ato que lhe conferiu legalidade, com a promulgação da Lei 11.326/2006, conhecida como a Lei da Agricultura Familiar” (AQUINO; SCHNEIDER, 2011, p. 312).

Segundo o trabalho “Novo Retrato da Agricultura Familiar”, publicado em 2000 pelo Ministério do Desenvolvimento Agrário, o debate sobre a conceituação e importância da agricultura familiar “é intenso, produzindo inúmeras concepções, interpretações e propostas” (MDA, 2000, p. 7), sendo elas “oriundas das diferentes entidades representativas dos ‘pequenos agricultores’, dos intelectuais que estudam a área rural e dos técnicos governamentais encarregados de elaborar as políticas para o setor rural brasileiro” (MDA, 2000, p. 7).

Levantado o debate conceitual, ficava evidente “um vazio legal/institucional do que seja um agricultor familiar” (CARVALHO, 2015, p. 142) e que dessa forma trazia “uma dificuldade adicional em se pensar políticas públicas de desenvolvimento rural” (CARVALHO, 2015, p. 142).

Assim sendo, segundo Carvalho (2015) o “vazio legal/institucional foi preenchido quando o governo federal, por meio da Lei n. 11.326, de 24 de julho de 2006” (CARVALHO, 2015, p. 142) definiu “os conceitos e princípios que passaram não apenas a nortear a formulação de políticas voltadas à agricultura familiar como também, e principalmente, definiu o que seria, a partir de então, considerado um agricultor familiar” (CARVALHO, 2015, p. 142).

Corroboram Grisa e Schneider (2014) com a importância do ano de 2006 para a agricultura familiar, pois “foi regulamentada a Lei da Agricultura Familiar que reconheceu a categoria social, definiu sua estrutura conceitual e passou a balizar as políticas públicas para este grupo social” (GRISA; SCHNEIDER, 2014, p. 127).

A Lei Nº 11.326/2006 (BRASIL, 2006) teve como objetivo estabelecer “as diretrizes para a formulação da Política Nacional da Agricultura Familiar e Empreendimentos Familiares Rurais” (BRASIL, 2006, p. 1). Seu Art. 3º considera agricultor familiar e empreendedor familiar rural quem pratica atividades no meio rural e simultaneamente atenda os requisitos:

- I – não detenha, a qualquer título, área maior do que 4 (quatro) módulos fiscais;
- II – utilize predominantemente mão-de-obra da própria família nas atividades econômicas do seu estabelecimento ou empreendimento;
- III – tenha percentual mínimo da renda familiar originada de atividades econômicas do seu estabelecimento ou empreendimento, na forma definida pelo Poder Executivo;
- IV – dirija seu estabelecimento ou empreendimento com sua família. (BRASIL, 2006)

Importante ressaltar a Constituição Federal de 1988 que também teve papel importante neste processo, de acordo com Grisa e Schneider (2014), ela “incitou novos espaços de participação social e reconheceu direitos” (GRISA; SCHNEIDER, 2014, p. 126) como “a

criação do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura (Pronaf) em 1995 desencadeou a emergência de outras políticas diferenciadas de desenvolvimento rural” (GRISA; SCHNEIDER, 2014, p. 126), somada “a criação do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) em 1999, e da Secretaria da Agricultura Familiar (SAF) no interior deste em 2001, institucionalizaram a dualidade da estrutura agrária e fundiária no País” (GRISA; SCHNEIDER, 2014, p. 126).

Quanto ao volume de crédito disponibilizado pelo Pronaf, segundo Carvalho (2015) “foram constantes os aumentos do volume de crédito concedido, a ampliação das possibilidades dos usos dos recursos e o prazo de carência” (CARVALHO, 2015, p. 132). Segundo o autor, “no ano de 2012, segundo o Anuário Estatístico do Crédito Rural, o Pronaf negociou 1.823.210 contratos em suas diversas modalidades e disponibilizou mais de 16 bilhões de reais em créditos” (CARVALHO, 2015, p. 132).

Argumentam Grisa e Schneider (2014) que como resultado o Pronaf “se constituiu na principal política agrícola para a agricultura familiar (em número de beneficiários, capilaridade nacional e recursos aplicados)” (GRISA; SCHNEIDER, 2014, p. 132) para sustentar a argumentação utilizam dados que “historicamente, tem contado com um montante crescente de recursos disponibilizados, atingindo, no Plano Safra da Agricultura Familiar 2014/2015, o valor de R\$ 24,1 bilhões” (GRISA; SCHNEIDER, 2014, p. 132).

No entanto, alertam Aquino e Schneider (2011) que “existem evidências de que a concentração das aplicações do crédito rural no Brasil se dá onde há agricultores familiares mais capitalizados, mais organizados e com maior apoio do Estado” (AQUINO; SCHNEIDER, 2011, p. 325), exemplificam “pela ação mais eficiente da assistência técnica e extensão rural pública na elaboração dos projetos e no acompanhamento dos beneficiários” (AQUINO; SCHNEIDER, 2011, p. 325). Finalizam ponderando “em que pese a importância destes fatores, é preciso esclarecer que eles são insuficientes para explicar o viés concentrador do Pronaf” (AQUINO; SCHNEIDER, 2011, p. 325).

Grisa e Schneider (2014) pontuam que “diversos estudos apontam que o programa tem beneficiado principalmente as unidades familiares de produção em melhores condições socioeconômicas, localizadas nas regiões Sul e Sudeste” (GRISA; SCHNEIDER, 2014, p. 132) promovendo “o cultivo de produtos competitivos no mercado internacional, os quais são controlados por poucas empresas do sistema agroindustrial e cuja forma de produção está assentada no uso generalizado de insumos modernos” (GRISA; SCHNEIDER, 2014, p. 133).

Assim para Aquino e Schneider (2011), quanto ao Pronaf, é necessário ir além da discussão apenas por mais crédito, também “é preciso ampliar a discussão sobre a correção dos rumos do programa na direção de um projeto alternativo que eleja a diversificação social e econômica como estratégia viável para o meio rural nacional” (AQUINO; SCHNEIDER, 2011, p. 333).

Por fim, Aquino e Schneider (2011), argumentam que “o Pronaf tem estimulado poucas mudanças nas estruturas produtivas e nas atividades econômicas tradicionais realizadas no interior dos estabelecimentos agropecuários” (AQUINO; SCHNEIDER, 2011, p. 335).

Quanto ao universo diferenciado dos agricultores familiares, Buainain (2006) alerta que “está composto de grupos com interesses particulares, estratégias próprias de sobrevivência e de produção, que reagem de maneira diferenciada a desafios, oportunidades e restrições semelhantes e que, portanto, demandam tratamento compatível com as diferenças” (BUAINAIN, 2006, p. 15).

Carvalho (2015) argumenta com dados retirados do Censo Agropecuário de 2006 do IBGE que existiam “4.367.902 estabelecimentos da agricultura familiar. Isto equivale a 84,4% dos estabelecimentos rurais no Brasil, que, na data do censo, ocupavam 24,3% da área total de estabelecimentos, ou pouco mais de 80 milhões de hectares” (CARVALHO, 2015, p. 143). O autor também traz que “estabelecimentos caracterizados como familiares também são os que mais geram ocupações no meio rural: na data do censo eles ocupavam 12,3 milhões de pessoas, ou 74,4% do total” (CARVALHO, 2015, p. 144), já os “não familiares ocupavam apenas 4,2 milhões, ou 25,6% do total da mão de obra ocupada” (CARVALHO, 2015, p. 144).

Já dados atualizados pelo Censo Agropecuário de 2017 do IBGE demonstram que existiam 3.897.408 estabelecimentos que atendiam a legislação e foram classificados como agricultura familiar, correspondente à área de 81 milhões de hectares ou 23% da área total dos estabelecimentos agropecuários no país (IBGE, 2019).

A composição heterogênea da agricultura familiar, segundo Buainain (2006), também estaria “associada à inserção dos grupos em paisagens agrárias muito diferentes uma das outras, ao acesso diferenciado aos mercados e à inserção socioeconômica dos produtores” (BUAINAIN, 2006, p. 15) para o autor resultam “das condições particulares dos vários grupos como de oportunidades criadas pelo movimento da economia como um todo, pelas políticas públicas etc.” (BUAINAIN, 2006, p. 15).

Quanto aos desafios e o futuro da agricultura familiar no Brasil.

Para o MDA (2000) “a discussão sobre a importância e o papel da agricultura familiar no desenvolvimento brasileiro vem ganhando força nos últimos anos” (MDA, 2000, p. 7), principalmente “impulsionada pelo debate sobre desenvolvimento sustentável, geração de emprego e renda, segurança alimentar e desenvolvimento local” (MDA, 2000, p. 7). Segundo o MDA (2000) “a elevação do número de agricultores assentados pela reforma agrária e a criação do Pronaf (Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar) refletem e alimentam este debate na sociedade” (MDA, 2000, p. 7).

Para Buainain (2006), o futuro da categoria “depende, de forma crucial, da capacidade e da possibilidade de os agricultores familiares aproveitarem e potencializarem oportunidades decorrentes das possíveis vantagens associadas à organização familiar da produção” (BUAINAIN, 2006, p. 19), da mesma forma “neutralizarem ou reduzirem desvantagens competitivas que enfrentam em função da dotação de recursos, em particular as associadas à escala” (BUAINAIN, 2006, p. 19).

Relevante ressaltar como ponto positivo, conforme Grisa e Schneider (2014), o Brasil como destaque perante “organizações internacionais multilaterais pela estrutura política e institucional que construiu ao longo dos anos para a agricultura familiar” (GRISA; SCHNEIDER, 2014, p. 127), inclusive seus “formatos, objetivos e políticas têm sido ‘exportados’ para outros países” (GRISA; SCHNEIDER, 2014, p. 127).

Schwartzman et al. (2017) contribuem que “após o Brasil, outros países da região aprovaram leis de alimentação escolar – Paraguai e Honduras – e outros estão em processo avançado de discussões – Guatemala, El Salvador e Costa Rica. Importa frisar que em todas essas leis se prevê a compra direta da agricultura familiar” (SCHWARTZMAN et al., 2017, p. 12).

Carvalho (2015) defende por outro lado que há “potencialidades que podem surgir com o crescimento e fortalecimento da agricultura familiar, a exemplo da garantia à segurança alimentar no país, melhoria das condições gerais de vida dos trabalhadores rurais”, além do “aumento da produção livre de agrotóxicos e na sustentabilidade socioambiental” (CARVALHO, 2015, p. 185).

É relevante para este trabalho também pontuar o avanço, nos últimos anos, no direcionamento das políticas públicas para a agricultura familiar.

A disputa presidencial de 2002 que culminou no primeiro mandato de Luiz Inácio Lula da Silva, para Grisa e Schneider (2014) trouxe importantes modificações “nas relações e no papel do Estado e da sociedade civil, especialmente no que se refere ao direcionamento das



políticas públicas, na relação com os movimentos sociais e com a sociedade civil” (GRISA; SCHNEIDER, 2014, p. 138). Segundo os autores, ganharam espaço atores antes marginalizados abrindo campo “para a institucionalização de ‘novas’ ideias e reivindicações de políticos, estudiosos, movimentos sociais e de organizações da sociedade civil, dentre estes principalmente daqueles atuantes no tema da segurança alimenta e nutricional” (GRISA; SCHNEIDER, 2014, p. 138).

Para Aquino e Schneider (2011) o maior desafio dos movimentos sociais “é retomar o debate sobre o futuro da agricultura familiar e camponesa no campo brasileiro e redefinir o papel estratégico que o crédito rural pode e deve assumir em um projeto de desenvolvimento” (AQUINO; SCHNEIDER, 2011, p. 336) que some esforços de “compatibilizar produção de riqueza, equidade social e valorização do meio ambiente” (AQUINO; SCHNEIDER, 2011, p. 336).

Por fim, afirmam Grisa e Schneider (2014) que “as últimas duas décadas foram pródigas em relação à criação e execução de um amplo espectro de políticas públicas direcionadas para a agricultura familiar” (GRISA; SCHNEIDER, 2014, p. 141).

Assim sendo, estão entre os objetos de pesquisa deste trabalho duas políticas públicas: o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) e o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) que analisaremos adiante.

### **2.3 Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE)**

Primeiramente, antes de abordar a temática da política pública, válido o resgate da importância de Josué de Castro que trouxe, segundo Silva e Nunes (2017), “algumas das interpretações mais relevantes sobre a situação alimentar brasileira, lançando o primeiro manifesto-propositivo para a construção de uma política social de alimentação no país” (SILVA; NUNES, 2017, p. 3677).

Já de acordo com Vieira (2014) “podemos resumir o histórico do PNAE a partir da década de 30, quando se assenta a marca do início no Brasil de uma política de enfrentamento da questão da fome e da desnutrição” (VIEIRA, 2014, p. 69), a autora destaca no contexto da segunda Guerra Mundial “a emergência de um processo simultâneo de descoberta científica da fome, da criação da prática profissional em nutrição e da instituição da política social de alimentação e nutrição” (VIEIRA, 2014, p. 69).

No ano de 1940, para Vieira (2014), a criação do Serviço de Alimentação da Previdência Social (SAPS) trouxe para o Estado brasileiro “o papel de conduzir uma política

que buscasse soluções aos problemas da fome, identificado pelos cientistas” (VIEIRA, 2014, p. 69). Dessa forma, “a alimentação passa da condição de apenas mais um campo do saber para o de uma política pública” (VIEIRA, 2014, p. 69).

No começo da década de 1950, segundo Vieira (2014) “uma nova gestação de execução da política de alimentação e nutrição começa se desenhar: a implantação de programas de distribuição de alimentos para segmentos específicos da população” (VIEIRA, 2014, p. 69), neste cenário “a Comissão Nacional de Alimentação (CNA) elaborou um plano de trabalho denominado ‘A Conjuntura Alimentar e o Problema da Nutrição no Brasil’, que entre suas propostas, concebeu e estruturou um programa de merenda escolar” (VIEIRA, 2014, p. 69).

Segundo Vieira (2014) “este programa, que se efetivou em 1955, expandiu-se rapidamente com o apoio de organizações internacionais como o Fundo Internacional de Socorro à Infância (FISI/ONU)” (VIEIRA, 2014, p. 69), e na década seguinte “pelos programas ‘Alimentos para a Paz’ e ‘Aliança para o Progresso’ e da *Agency for International Development* (USAID), por meio de doações e venda de alimentos por preços simbólicos” (VIEIRA, 2014, p. 69).

Para Vieira (2014) “o começo da distribuição de leite em pó e de farinhas enriquecidas, apoiado pelas instituições de auxílio internacional, que o Programa de Merenda transformou-se, ao longo de sua trajetória histórica, no Programa Nacional de Alimentação Escolar” (VIEIRA, 2014, p. 70).

Sambuichi et al. (2014) contribuem que “o programa de alimentação escolar do governo federal, que viria posteriormente a ser denominado PNAE, surgiu em 1955, com o Decreto nº 37.106, que criou a Campanha da Merenda Escolar” (SAMBUICHI et al., 2014, p. 96).

Quanto ao PNAE, Peixinho (2011) ressalta “que se trata de um Programa cujo percurso acompanhou o movimento social, que não ficou obsoleto, diante das mudanças que vinham acontecendo na história política da construção da democracia da escola” (PEIXINHO, 2011, p. 117), bem como “da perspectiva de direito crescente, em várias áreas da vida social, do movimento do campo da saúde e da educação” (PEIXINHO, 2011, p. 117).

Para Rodrigues (2013) “os estudos realizados permitem inferir que o PNAE tem seu surgimento marcado pela característica ‘suplementar’, pois objetivava suprir a carência nutricional da população de baixa renda que frequentava a escola” (RODRIGUES, 2013, p. 152). No entanto, “estudos atuais mostram que este Programa, mesmo não tendo o mesmo caráter, continua como um dos principais programas de governo presente em todas as esferas governamentais” (RODRIGUES, 2013, p. 152).

Vieira (2014) argumenta que o PNAE é mantido sob coordenação e sustentação do “Governo Federal e executado pelos Governos Estaduais e Municipais (descentralização), o programa cresceu, diversificou-se e afirmou-se como um dos maiores, mais abrangentes e efetivos programas de distribuição de alimentos” (VIEIRA, 2014, p. 70), segundo a autora, a política “gerou coordenação, mobilização e controle social, funcionando hoje sob a coordenação do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE)” (VIEIRA, 2014, p. 70).

De acordo com Peixinho (2013), o PNAE deixou o caráter suplementar alimentar ou assistencial para “obedecendo aos anseios norteadores das políticas públicas e dos movimentos sociais de caráter universal, o PNAE passou a incorporar em suas estratégias técnico-operacionais de execução junto aos estados e municípios” (PEIXINHO, 2013, p. 915), os “princípios para a gestão e a execução da alimentação escolar: equidade, participação social, universalidade, sustentabilidade/continuidade, compartilhamento de responsabilidades, direito humano à alimentação adequada e respeito aos hábitos e tradições regionais” (PEIXINHO, 2013, p. 915).

Segundo Rodrigues (2013) “a alimentação escolar, no século XXI, se configura como um direito dos escolares brasileiros, sendo ofertada através do PNAE, gerenciado pelo FNDE” (RODRIGUES, 2013, p. 152) que o divulga “na esfera nacional e internacional como um dos maiores programas de alimentação escolar do mundo” (RODRIGUES, 2013, p. 152) sustenta argumentando seu “atendimento universalizado e com orçamento que atingiu cerca de 3 bilhões de reais, para beneficiar cerca de 45,6 milhões de estudantes, no ano de 2010” (RODRIGUES, 2013, p. 152).

Peixinho (2011) afirma “que ocorreram muitas construções ao longo desses mais de cinquenta anos de Programa, especialmente no que diz respeito à construção dos conceitos” (PEIXINHO, 2011, p. 117).

Sambuichi et al. (2014) destacam que

após quase 55 anos de existência do programa, foi sancionada a Lei nº 11.947/2009, que estabeleceu novas regras para o PNAE e determinou, em seu Artigo 14, que 30% das compras sejam feitas de produtores da agricultura familiar (SAMBUICHI et al., 2014, p. 96).

Nesse sentido, Peixinho (2013) alerta “os limites e as possibilidades de consecução destes objetivos e princípios delineados para a gestão e execução do PNAE são múltiplos e complexos” (PEIXINHO, 2013, p. 915), entre eles a autora destaca

obstáculos (individual/local, geográfico/natural, econômico/social, político/ideológico, por exemplos) que podem facilitar ou dificultar a transposição ou passagem efetiva de um PNAE de caráter suplementar/assistencialista para um

PNAE de caráter universal, equânime, participativo, integrador, educacional, sustentável e saudável (PEIXINHO, 2013, p. 915).

Quanto aos avanços da política pública, Sambuichi et al. (2014) contribuem que a legislação “incluiu também, entre as diretrizes do programa, o apoio ao desenvolvimento sustentável, com incentivos para a aquisição de gêneros alimentícios diversificados e produzidos em âmbito local” (SAMBUICHI et al., 2014, p. 97), bem como “passou a apoiar a produção agroecológica e orgânica pela compra destes produtos com preço até 30% mais altos que os convencionais” (SAMBUICHI et al., 2014, p. 97).

Segundo Siqueira et al. (2014), a legislação trouxe avanços como:

a universalização do programa, a obrigatoriedade de compra de gêneros alimentícios de 30% da agricultura familiar, a equidade na determinação dos valores *per capita*, maior ênfase as ações de educação alimentar e nutricional, a ampliação do número de representantes da sociedade civil nos CAE (SIQUEIRA et al., 2014, p. 308).

Para Machado et al. (2018) “a medida legal proposta em 2009 permitiu a ampla efetivação da compra de alimentos provenientes da agricultura familiar pelo PNAE em todo o território nacional, modificando o escopo da compra de alimentos no programa” (MACHADO et al., 2018, p. 4162), no entanto os autores despertam “a necessidade de ações direcionadas para o cumprimento da legislação (mínimo de 30%) e ampliação dos investimentos, em especial nos estados e regiões que apresentaram maiores dificuldades” (MACHADO et al., 2018, p. 4162).

Saraiva et al. (2013) alertam com dados publicados em artigo que, no ano de 2010, algumas dificuldades eram evidentes, entre elas: “a inviabilidade de fornecimento regular e constante, além de outros limites apresentados pelas EE, se destacou como justificativa para o não atendimento dos 30%” (SARAIVA et al., 2013, p. 933).

Através de pesquisa realizada na Bahia, no período de 1995-2002, Santos et al. (2007) ponderam que havia “insuficiência de infra-estrutura, uma vez que a gestão descentralizada demanda investimentos em nível local para o provimento das instalações, equipamentos e do pessoal para o preparo e distribuição das refeições” (SANTOS et al., 2007, p. 2691).

Peixinho (2011) também ressalta que “a partir da Lei 11.947/2009, fica valorizada a participação do profissional da nutrição como um dos atores responsáveis pela execução eficiente da política de alimentação” (PEIXINHO, 2011, p. 119), pois “tecnicamente, é o único profissional capaz de responder pelas condições nutricionais tanto dos alunos como dos alimentos e atestar a qualidade da alimentação oferecida nas escolas” (PEIXINHO, 2011, p. 119).

Visão corroborada por Machado et al. (2018) “os achados deste estudo atentam para a importância do nutricionista como responsável técnico pelo PNAE nos municípios, sobretudo

para o incentivo à compra de alimentos da agricultura familiar” (MACHADO et al., 2018, p. 4162)

De acordo com Ribeiro, Ceratti e Broch (2013) “o PNAE cria mecanismos para o fortalecimento dos agricultores familiares, a formação de hábitos alimentares saudáveis e o desenvolvimento local dos municípios brasileiros” (RIBEIRO; CERATTI; BROCH, 2013, p. 47).

Saraiva et al. (2013) demonstram que, no ano de 2010, “cerca da metade dos municípios brasileiros (47,4%) adquiriram alimentos da AF para a alimentação escolar” (SARAIVA et al., 2013, p. 933).

Villar et al. (2013), através de levantamento feito nos municípios do estado de São Paulo, contribuem “considera-se positivo o fato de 47% dos municípios já terem realizado as compras locais para o PNAE, pelo menos uma vez, desde 2009” (VILLAR et al., 2013, p. 225), no entanto “o número de municípios que ainda não publicou a chamada pública, ou que já publicou mas não assinou o contrato, é um número considerável” (VILLAR et al., 2013, p. 225).

Para Peixinho (2013) “de acordo com dados estatísticos oficiais, no período de 1995 a 2010, observa-se uma importante ampliação do PNAE, tanto em termos de alocação de recursos financeiros, cobertura populacional e estratégias operacionais” (PEIXINHO, 2013, p. 914), além de “em sua concepção ou ressignificação como política pública ou programa social em alimentação e nutrição do escolar no contexto da sociedade brasileira” (PEIXINHO, 2013, p. 914).

No entanto, Araujo et al. (2019) alertam, em estudo que verificou a utilização de recursos financeiros para a compra de alimentos provenientes da AF no âmbito do PNAE, nas capitais dos estados e no Distrito Federal, no período de 2011 a 2017, “apenas um terço das capitais avaliadas utilizou adequadamente a porcentagem de recursos financeiros para a compra de alimentos da agricultura familiar” (ARAUJO et al., 2019, p. 6).

Segundo Ribeiro, Ceratti e Broch (2013) “o PNAE tem sido um instrumento capaz de legitimar a sustentabilidade nas suas diferentes dimensões, pois busca a localização e a regionalização da alimentação escolar” (RIBEIRO; CERATTI; BROCH, 2013, p. 47). Neste sentido, “permitindo a inclusão tanto de beneficiários como fornecedores, e respeitando culturas, tradições e comportamentos alimentares tão diferenciados” (RIBEIRO; CERATTI; BROCH, 2013, p. 47).

Quanto à legitimidade da política pública, Vieira (2014) argumenta que “é o mais antigo programa de alimentação em execução no Brasil e reconhecido pela ONU, como o maior programa de abrangência de alimentação escolar do mundo” (VIEIRA, 2014, p. 70).

Danelon, Danelon e Silva (2006) contribuem que, sobre a importância da política pública, o “PNAE é um dos mais antigos programas públicos de suplementação alimentar, destacando-se pela continuidade, dimensão e pelos expressivos investimentos” (DANELON; DANELON; SILVA, 2006, p. 86).

Os autores Ribeiro, Ceratti e Broch (2013) argumentam sobre a importância da “continuidade, afirmação e ampliação deste programa e o engajamento dos administradores do ensino público como secretários estaduais e municipais, prefeitos, coordenadores, diretores, professores, agentes educacionais e comunidade escolar” (RIBEIRO; CERATTI; BROCH, 2013, p. 47). Para eles o comprometimento desses atores “pode dar sentido à uma política de segurança alimentar e nutricional que construa um futuro” (RIBEIRO; CERATTI; BROCH, 2013, p. 47).

Costa, Junior e Silva (2015) sobre as oportunidades que o PNAE possibilita para os agricultores familiares e seus empreendimentos coletivos destacam: “diversificar e escoar a produção, se mostrando uma alternativa real de geração de renda, oportunidade de inclusão produtiva para jovens e mulheres, entre outras virtudes do programa” (COSTA; JUNIOR; SILVA, 2015, p. 123).

Belik e Chaim (2009) contribuem através da “análise da execução do Programa Nacional de Alimentação Escolar, nas cidades inscritas no Prêmio Gestor Eficiente da Merenda Escolar, evidencia que a gestão do Programa assume características próprias” (BELIK; CHAIM, 2009, p. 606), contudo

o perfil das administrações vencedoras indica que um fator determinante e diferenciador é a participação social, seja por meio da atuação ativa do Conselho de Alimentação Escolar, pelo envolvimento de pais de alunos, professores e merendeiros, ou pela inclusão de produtores locais no processo de aquisição de alimentos (BELIK; CHAIM, 2009, p. 606).

Quanto aos dados atuais e relevantes do Programa Nacional de Alimentação Escolar para o objeto de estudo desta pesquisa é válido resgatar na legislação vigente:

A Resolução Nº 4, de 2 de abril de 2015 (BRASIL, 2015) que trata dos limites individuais de venda:

Art. 32 O limite individual de venda do agricultor familiar e do empreendedor familiar rural para a alimentação escolar deverá respeitar o valor máximo de R\$ 20.000,00 (vinte mil reais), por DAP Familiar/ano/entidade executora, e obedecerá as seguintes regras:

I – Para a comercialização com fornecedores individuais e grupos informais, os contratos individuais firmados deverão respeitar o valor máximo de R\$ 20.000,00 (vinte mil reais), por DAP Familiar/ano/EEx.

II – Para a comercialização com grupos formais o montante máximo a ser contratado será o resultado do número de agricultores familiares, munidos de DAP Familiar, inscritos na DAP Jurídica multiplicado pelo limite individual de comercialização, utilizando a seguinte fórmula:

Valor máximo a ser contratado = nº de agricultores familiares (DAPs familiares) inscritos na DAP jurídica x R\$ 20.000,00.

§1º Cabe às cooperativas e/ou associações que firmarem contratos com a EEx. a responsabilidade pelo controle do atendimento do limite individual de venda nos casos de comercialização com os grupos formais.

§2º Cabe às EEx. a responsabilidade pelo controle do atendimento do limite individual de venda nos casos de comercialização com os grupos informais e agricultores individuais. A estas também compete o controle do limite total de venda das cooperativas e associações nos casos de comercialização com grupos formais (BRASIL, 2015).

A Resolução Nº 1, de 8 de fevereiro de 2017 (BRASIL, 2017) do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação “altera o valor per capita para oferta da alimentação escolar do Programa de Alimentação Escolar – PNAE” (BRASIL, 2017, p. 19) para:

a) R\$ 0,32 (trinta e dois centavos de real) para os alunos matriculados na Educação de Jovens e Adultos – EJA;

b) R\$ 0,36 (trinta e seis centavos de real) para os alunos matriculados no ensino fundamental e no ensino médio;

c) R\$ 0,53 (cinquenta e três centavos de real) para estudantes matriculados na pré-escola, exceto para aqueles matriculados em escolas localizadas em áreas indígenas e remanescentes de quilombos;

d) R\$ 0,64 (sessenta e quatro centavos de real) para os alunos matriculados em escolas de educação básica localizadas em áreas indígenas e remanescentes de quilombos;

e) R\$ 1,07 (um real e sete centavos de real) para os alunos matriculados em escolas de tempo integral com permanência mínima de 7h (sete horas) na escola ou em atividades escolares, de acordo com o Censo Escolar do INEP/MEC; e

f) R\$ 1,07 (um real e sete centavos de real) para os alunos matriculados em creches, inclusive as localizadas em áreas indígenas e remanescentes de quilombos (BRASIL, 2017, p. 19).

## **2.4 Programa de Aquisição de Alimentos (PAA)**

Na década de 1990, de acordo com Dias et al. (2013) “emergem políticas públicas que tendem a construção de novas vias de desenvolvimento atreladas à agricultura familiar e que tem ajudado a resgatar e fortalecer a produção de produtos agrícolas tradicionais” (DIAS et al., 2013, p. 103).

Neste contexto, Vogt e Souza (2009) contribuem que “as primeiras idéias sobre o Programa de Aquisição de Alimentos- PAA surgiram durante a formulação do Programa Fome Zero, lançado em outubro de 2001 pelo Instituto de Cidadania” (VOGT; SOUZA, 2009, p. 3), para eles, outro fator importante para criação do PAA, nos primeiros anos do Governo Lula, foi “a elaboração de um Plano de Safra da Agricultura Familiar em 2003, que impulsionado pelo Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (CONSEA)”

(VOGT; SOUZA, 2009, p. 3), era considerado diferente “dos planos de safra convencionais, voltados essencialmente para a grande produção” (VOGT; SOUZA, 2009, p. 3).

Para Schmitt (2005) o PAA inovou “no esforço por integrar, não apenas em sua concepção, mas também nos aspectos práticos de sua operacionalização, dimensões relacionadas tanto à política agrícola como à política de segurança alimentar e nutricional” (SCHMITT, 2005, p. 78).

Para Dias et al. (2013) o objetivo do programa é “a inserção dos agricultores familiares de baixa renda no mercado de consumo de massa via ampliação da renda e, ao mesmo tempo, possibilita o crescimento do produto agrícola em função do aumento na demanda” (DIAS et al., 2013, p. 104).

Para os autores Vogt e Souza (2009) “a criação do PAA, por instrumento legal, representou um marco na política agrícola brasileira. Sua implementação revela, de forma inédita, a presença do Estado na comercialização da pequena produção familiar” (VOGT; SOUZA, 2009, p. 5).

O marco inicial da criação do Programa de Aquisição de Alimentos foi a Lei Nº 10.696/2003 (BRASIL, 2003) que “dispõe sobre a repactuação e o alongamento de dívidas oriundas de operações de crédito rural, e dá outras providências” (BRASIL, 2003).

Dessa forma, apresentando os seis diferentes mecanismos do programa, contribuiu Schmitt (2005):

Compra Direta da Agricultura Familiar (Cdaf), Compra Antecipada da Agricultura Familiar (Caaf), Compra Antecipada Especial da Agricultura Familiar (Caeaf), Contrato de Garantia de Compra da Agricultura Familiar (Cgaf), Compra Direta Local da Agricultura Familiar (Cdlaf) e PAA – Leite. (SCHMITT, 2005, p. 84)

Dias et al. (2013) argumentam que uma das limitações da agricultura familiar é a comercialização da produção, dessa forma “têm surgido ao longo dos anos 2000 ações públicas que ajudam a viabilizar a inserção dos produtos da agricultura familiar nos mercados institucionais” (DIAS et al., 2013, p. 103). Neste contexto, com a criação do PAA “o mercado institucional passou a constituir uma nova e importante alternativa para a comercialização dos produtos dos agricultores familiares” (DIAS et al., 2013, p. 103).

Quanto ao apoio à comercialização da produção, argumenta Schmitt (2005) que a política “incide sobre uma dimensão estratégica para o desenvolvimento da agricultura familiar, ou seja, as relações que esses produtores estabelecem com o mercado, buscando um processo de transferência de renda centrado na promoção da atividade produtiva” (SCHMITT, 2005, p. 78).



Neste cenário, a Lei Nº 12.512/2011 (BRASIL, 2011) que “institui o Programa de Apoio à Conservação Ambiental e o Programa de Fomento às Atividades Produtivas Rurais; altera as Leis nºs 10.696, de 2 de julho de 2003, 10.836, de 9 de janeiro de 2004, e 11.326, de 24 de julho de 2006” (BRASIL, 2011) no Art. 17 inovou ao autorizar a dispensa de licitação para as compras do PAA.

Vogt e Souza (2009) explicam que através do Programa de Aquisição de Alimentos se “adquire alimentos, com isenção de licitação, por preços de referência que não podem ser superiores nem inferiores aos praticados nos mercados regionais, até o limite de R\$ 3.500,00 ao ano por agricultor familiar” (VOGT; SOUZA, 2009, p. 6).

Quanto às compras sem licitação, conforme Schmitt (2005) o Programa de Aquisição de Alimentos “passa a promover a estruturação de novos circuitos de abastecimento agroalimentar, ligando agricultores familiares (produtores) a grupos sociais em situação de risco alimentar (consumidores)” (SCHMITT, 2005, p. 84) como consequência “reforçando a segurança alimentar e nutricional das populações urbanas e rurais, tanto em nível local como num espaço territorial mais abrangente” (SCHMITT, 2005, p. 84).

Também contribuem Agapto et al. (2012) quanto as compras dos produtos sem licitação que “os valores pagos pelas mercadorias devem ser compatíveis aos praticados nos mercados regionais” (AGAPTO et al., 2012, p. 14).

Já quanto ao preço de referência, nem sempre foi assim, conforme Vogt e Souza (2009) “antes do Programa, os preços de referência para as compras públicas eram os preços mínimos, há muito defasados frente à realidade do mercado” (VOGT; SOUZA, 2009, p. 6). Para os autores, o avanço do PAA foi no sentido de que as compras puderam “ser feitas a preços próximos da realidade vivida pelos mercados locais, contribuindo para garantir a remuneração do agricultor familiar” (VOGT; SOUZA, 2009, p. 6).

Dando destaque à importância das compras governamentais, através de políticas públicas como o PAA, Hespanhol (2013) contribui que elas “podem assumir ao incentivarem a diversificação produtiva, o aumento da produção de alimentos para atender ao consumo familiar e as necessidades da rede socioassistencial local/regional” (HESPANHOL, 2013, p. 482), ressalta também a promoção da “valorização dos hábitos alimentares locais, o associativismo rural e a autoestima dos agricultores, propiciando novas alternativas de comercialização da produção, melhorando as condições de reprodução social desses agricultores no campo” (HESPANHOL, 2013, p. 482).

Dias et al. (2013) citam como resultado a “política promove um conjunto de ações que podem levar à redução das desigualdades regionais e da degradação ambiental, possibilitando o ordenamento territorial, pois respeita e se preocupa com a diversidade regional” (DIAS et al., 2013, p. 104).

Entre os desafios, Schmitt (2005) menciona a intersetorialidade, que se praticada, “poderá reforçar a ligação entre o PAA e as demais políticas direcionadas aos agricultores familiares e às populações em situação de risco social, aumentando a efetividade das ações governamentais” (SCHMITT, 2005, p. 88).

Feita a contextualização do PAA, a modalidade objeto de estudo deste trabalho é chamada Compra Institucional definida pelo Decreto N° 7.775/2012 (BRASIL, 2012) que “regulamenta o art. 19 da Lei n° 10.696, de 2 de julho de 2003, que institui o Programa de Aquisição de Alimentos, e o Capítulo III da Lei n° 12.512, de 14 de outubro de 2011, e dá outras providências” (BRASIL, 2012), sua definição foi atualizada pelo Decreto N° 9.214/2017 (BRASIL, 2017) que assim descreveu a modalidade:

V - Compra Institucional - compra da agricultura familiar, por meio de chamada pública, para o atendimento de demandas de gêneros alimentícios ou de materiais propagativos, por parte de órgão comprador e, nas hipóteses definidas pelo GGPA, para doação aos beneficiários consumidores (BRASIL, 2017)

A Lei N° 13.465/2017 (BRASIL, 2017) no Art. 17, I, quanto às compras define que “os preços sejam compatíveis com os vigentes no mercado, em âmbito local ou regional, aferidos e definidos segundo metodologia instituída pelo Grupo Gestor do PAA” (BRASIL, 2017), já quanto aos preços de produtos agroecológicos ou orgânicos, o Art. 17, III, § 1º define que

Na hipótese de impossibilidade de cotação de preços no mercado local ou regional, produtos agroecológicos ou orgânicos poderão ter um acréscimo de até 30% (trinta por cento) em relação aos preços estabelecidos para produtos convencionais, observadas as condições definidas pelo Grupo Gestor do PAA (BRASIL, 2017)

A contribuição do Decreto N° 8.293/2014 (BRASIL, 2014) que “altera o Decreto n° 7.775, de 4 de julho de 2012, que dispõe sobre o Programa de Aquisição de Alimentos” (BRASIL, 2014) determina no Art. 19 o limite da participação dos beneficiários e organizações fornecedores em “R\$ 20.000,00 (vinte mil reais), por ano, por órgão comprador, na modalidade Compra Institucional” (BRASIL, 2014).

Por fim, o Decreto N° 8.473/2015 (BRASIL, 2015) no Art. 1º, § 1º estabelece:

Do total de recursos destinados no exercício financeiro à aquisição de gêneros alimentícios pelos órgãos e entidades de que trata o caput, pelo menos 30% (trinta por cento) deverão ser destinados à aquisição de produtos de agricultores familiares e suas organizações, empreendedores familiares rurais e demais beneficiários que se enquadrem na Lei n° 11.326, de 2006, e que tenham a Declaração de Aptidão ao Pronaf – DAP (BRASIL, 2015)

Feito este breve levantamento da política pública e da legislação vigente será esta modalidade um dos objetos do estudo de caso deste trabalho.

## **2.5 O Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo – campus Avaré**

Os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia foram criados com natureza jurídica de autarquia, através da Lei Nº 11.892/2008 (BRASIL, 2008), e “são instituições de educação superior, básica e profissional, pluricurriculares e multicampi, especializados na oferta de educação profissional e tecnológica nas diferentes modalidades de ensino” (BRASIL, 2008).

A mesma lei supracitada então, especificamente no estado de São Paulo, transformou o Centro Federal de Educação Tecnológica de São Paulo em Instituto Federal de São Paulo (BRASIL, 2008).

Entre as finalidades e características dos Institutos Federais, destacamos do Art. 6º algumas que dialogam com as políticas públicas estudadas (BRASIL, 2008):

I - ofertar educação profissional e tecnológica, em todos os seus níveis e modalidades, formando e qualificando cidadãos com vistas na atuação profissional nos diversos setores da economia, com ênfase no desenvolvimento socioeconômico local, regional e nacional (BRASIL, 2008)

Mencionando novamente o consumo e desenvolvimento local:

“II - desenvolver a educação profissional e tecnológica como processo educativo e investigativo de geração e adaptação de soluções técnicas e tecnológicas às demandas sociais e peculiaridades regionais” (BRASIL, 2008).

E também:

IV - orientar sua oferta formativa em benefício da consolidação e fortalecimento dos arranjos produtivos, sociais e culturais locais, identificados com base no mapeamento das potencialidades de desenvolvimento socioeconômico e cultural no âmbito de atuação do Instituto Federal (BRASIL, 2008)

Quanto à importância dos Institutos Federais como agentes transformadores para as comunidades as quais estão inseridos: “VII - desenvolver programas de extensão e de divulgação científica e tecnológica” (BRASIL, 2008) e “VIII - realizar e estimular a pesquisa aplicada, a produção cultural, o empreendedorismo, o cooperativismo e o desenvolvimento científico e tecnológico” (BRASIL, 2008).

Por fim, como entre os objetivos das políticas públicas está também o fomento do consumo orgânico/agroecológico destacamos: “IX - promover a produção, o desenvolvimento e a transferência de tecnologias sociais, notadamente as voltadas à preservação do meio ambiente” (BRASIL, 2008).

Dessa forma, reiteramos os Institutos Federais como um dos *stakeholders* na execução e promoção de políticas públicas como o PNAE e o PAA.

PMI (2017) define *stakeholder* como “um indivíduo, grupo ou organização que possa afetar, ser afetado, ou sentir-se afetado por uma decisão, atividade, ou resultado de um projeto, programa ou portfólio” (PMI, 2017, p. 718).

Bispo e Gomes (2018) contribuem “que as políticas públicas são guiadas por interesse dos *stakeholders* (seja aprovando, influenciando, implementando, monitorando ou ajudando a modificar ações e decisões) e ainda por interesses organizacionais” (BISPO; GOMES, 2018, p.1259).

Quanto à estrutura do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo:

Segundo dados retirados do Plano de Desenvolvimento Institucional 2019/2023 (IFSP, 2019) “o IFSP se encontra com 37 unidades ativas” (IFSP, 2019, p. 406), entre elas o campus Avaré que iniciou suas atividades no 1º semestre de 2011 e foi criado pela Portaria Ministerial nº 1.170, de 21/09/2010 (IFSP, 2019, p. 55).

De acordo com o mesmo documento, o campus Avaré em 2019 possuía “70 docentes efetivos, sendo quatro substitutos, e 45 técnicos-administrativos, totalizando a equipe de 135 servidores trabalhando em prol do Ensino, da Pesquisa e da Extensão” (IFSP, 2019, p. 63).

Segundo informações divulgadas em seu sítio<sup>2</sup>, o campus possui uma área superior a 29 mil m<sup>2</sup> e oferece os seguintes cursos: Técnicos Integrados ao Ensino Médio em Lazer, Mecatrônica e Agroindústria; Técnicos Concomitantes/Subsequentes ao Ensino Médio em Mecânica e Eventos; Superiores Tecnológicos em Agronegócio e Gastronomia; Bacharelado em Engenharia de Biosistemas; Licenciaturas em Ciências Biológicas e Letras – Português e Espanhol; PROEJA FIC - Auxiliar de Hospedagem e Cursos de Formação Inicial e Continuada, atendendo aproximadamente 2.500 alunos matriculados.

---

<sup>2</sup> <https://avr.ifsp.edu.br/campus-avare>, em 18 de novembro de 2020.

### 3. MÉTODO DE PESQUISA

Classificado o presente estudo quanto aos tipos de pesquisa trata-se de uma pesquisa exploratória, qualitativa, aplicada e indutiva.

#### Pesquisa exploratória

Para Collis e Hussey (2005) “a pesquisa exploratória é realizada sobre um problema ou questão de pesquisa quando há poucos ou nenhum estudo anterior em que possamos buscar informações sobre a questão ou o problema” (COLLIS; HUSSEY, 2005, p. 24).

Segundo Gil (2008) elas “têm como principal finalidade desenvolver, esclarecer e modificar conceitos e idéias, tendo em vista a formulação de problemas mais precisos ou hipóteses pesquisáveis para estudos posteriores” (GIL, 2008, p. 27).

Quanto ao objetivo da pesquisa exploratória, Collis e Hussey (2005) contribuem que ela procura “padrões, idéias ou *hipóteses*, em vez de testar ou confirmar uma hipótese” (COLLIS; HUSSEY, 2005, p. 24), sendo hipótese “uma idéia ou proposição que pode ser testada para associação ou causalidade, deduzindo conseqüências lógicas que possam ser testadas com relação à *evidência empírica*” (COLLIS; HUSSEY, 2005, p. 24).

Gil (2008) contribui que “pesquisas exploratórias são desenvolvidas com o objetivo de proporcionar visão geral, de tipo aproximativo, acerca de determinado fato” (GIL, 2008, p. 27), acabam sendo especialmente utilizadas “quando o tema escolhido é pouco explorado e torna-se difícil sobre ele formular hipóteses precisas e operacionalizáveis” (GIL, 2008, p. 27).

De acordo com Collis e Hussey (2005) “em pesquisa exploratória, o foco é obter *insights* e familiaridade com a área do assunto para investigação mais rigorosa num estágio posterior” (COLLIS; HUSSEY, 2005, p. 24).

Collis e Hussey (2005) descrevem entre as técnicas relevantes “em pesquisa exploratória incluem estudos de caso, observação e análise histórica, que podem fornecer dados quantitativos e qualitativos” (COLLIS; HUSSEY, 2005, p. 24). Para eles “essas técnicas são muito flexíveis, já que há poucas limitações quanto à natureza das atividades empregadas ou ao tipo de dados compilados” (COLLIS; HUSSEY, 2005, p. 24).

Quanto ao método para a pesquisa, Collis e Hussey (2005) definem como sendo geralmente “muito aberto e concentra-se em reunir uma ampla gama de dados e impressões” (COLLIS; HUSSEY, 2005, p. 24).

Corroborando Gil (2008) “muitas vezes as pesquisas exploratórias constituem a primeira etapa de uma investigação mais ampla. Quando o tema escolhido é bastante genérico, tornam-se necessários seu esclarecimento e delimitação, o que exige revisão da literatura” (GIL, 2008, p. 27).

Por fim, argumentam Collis e Hussey (2005) que “a pesquisa exploratória raramente fornece respostas conclusivas para problemas ou questões, mas indica qual pesquisa futura deve ser realizada, no caso de haver alguma” (COLLIS; HUSSEY, 2005, p. 24).

Para embasar o estudo foi feita uma pesquisa exploratória do estado da arte dos seguintes temas: Implementação de Políticas Públicas, Agricultura Familiar no Brasil, Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE).

#### Pesquisa qualitativa

Segundo Demo (2014) “a pesquisa qualitativa quer fazer jus à complexidade da realidade, curvando-se diante dela, não o contrário, como ocorre com a ditadura do método ou a demissão teórica que imagina dados evidentes” (DEMO, 2014, p. 152), também contribui “fenômenos há que primam pela qualidade no contexto social, como militância política, cidadania, felicidade, compromisso ético, e assim por diante, cuja captação exige mais que mensuração de dados” (DEMO, 2014, p. 152).

Para Collis e Hussey (2005) o método qualitativo caracteriza-se por ser “mais subjetivo e envolve examinar e refletir as percepções para obter um entendimento de atividades sociais e humanas” (COLLIS; HUSSEY, 2005, p. 26).

Trata-se de uma pesquisa qualitativa, pois se caracteriza pela subjetividade e a busca de um entendimento de atividades sociais e humanas.

#### Pesquisa aplicada

Tendo em vista o objeto de pesquisa e a natureza do Programa de Pós-Graduação em Gestão de Organizações e Sistemas Públicos (PPGGOSP) também é classificada como pesquisa aplicada.

Segundo Collis e Hussey (2005) “a pesquisa aplicada é aquela que foi projetada para aplicar suas descobertas a um problema específico existente” (COLLIS; HUSSEY, 2005, p. 27).

Neste caso, classifica-se como aplicada devido ao objeto de estudo ser o local de trabalho do pesquisador (IFSP – campus Avaré).

#### Pesquisa indutiva

O método indutivo, de acordo com Gil (2008) “parte do particular e coloca a generalização como um produto posterior do trabalho de coleta de dados particulares” (GIL, 2008, p. 10), ressalta que “de acordo com o raciocínio indutivo, a generalização não deve ser buscada aprioristicamente, mas constatada a partir da observação de casos concretos suficientemente confirmadores dessa realidade” (GIL, 2008, p. 10).

Argumentam Collis e Hussey (2005) que “a pesquisa indutiva é um estudo no qual a teoria se forma a partir da observação da realidade empírica; portanto, inferências gerais são induzidas a partir de casos particulares” (COLLIS; HUSSEY, 2005, p. 27), dessa forma “partindo da observação individual e transformando-se em afirmações de padrões ou leis gerais, diz-se que o método indutivo vai do específico para o geral” (COLLIS; HUSSEY, 2005, p. 27).

Finaliza Gil (2008) que

conclusões obtidas por meio da indução correspondem a uma verdade não contida nas premissas consideradas, diferentemente do que ocorre com a dedução. Assim, se por meio da dedução chega-se a conclusões verdadeiras, já que baseadas em premissas igualmente verdadeiras, por meio da indução chega-se a conclusões que são apenas prováveis (GIL, 2008, p. 11).

O estudo caracteriza-se como indutivo, pois pela análise do caso (realidade) buscam-se prováveis conclusões e posteriores comparações com o estado da arte levantado na pesquisa exploratória.

Quanto à metodologia da presente pesquisa trata-se de metodologias predominantemente fenomenológicas: estudo de caso e pesquisa-ação.

#### Estudo de caso

Para Yin (2015) estudo de caso

é uma investigação empírica que investiga um fenômeno contemporâneo (o “caso”) em profundidade e em seu contexto de mundo real, especialmente quando os limites entre o fenômeno e o contexto puderem não ser claramente evidentes (YIN, 2015, p. 17).

Gil (2008) expõe que “é caracterizado pelo estudo profundo e exaustivo de um ou de poucos objetos, de maneira a permitir o seu conhecimento amplo e detalhado, tarefa praticamente impossível mediante os outros tipos de delineamentos considerados” (GIL, 2008, p. 57).

Dentro do estudo de caso, Collis e Hussey (2005) explicitam “uma *unidade de análise* é o tipo de caso ao qual as variáveis ou fenômenos sendo estudados e o problema de pesquisa se referem, e sobre o qual se coletam e analisam dados” (COLLIS; HUSSEY, 2005, p. 73), complementam que “uma abordagem de estudo de caso implica uma única unidade de análise,

como uma empresa ou um grupo de trabalhadores, um acontecimento, um processo ou até um indivíduo” (COLLIS; HUSSEY, 2005, p. 73).

Martins (2008) alerta quanto aos estudos de caso que “muitos dos textos resultantes de pesquisas orientadas pela conveniente escolha de uma unidade mostram desenvolvimentos que não atentam para o necessário rigor científico” (MARTINS, 2008, p. 8), explica que “não conseguem ir além da exposição de enfadonhos relatórios, com excesso de detalhes totalmente dispensáveis, cujos resultados em nada surpreendem” (MARTINS, 2008, p. 8).

Como é o caso deste trabalho, quando o pesquisador do Estudo de Caso também faz parte das organizações objetos do estudo, Martins (2008) pondera que “cuidados devem ser tomados para se evitar contaminações das análises e interpretações, fruto de impressões e juízo de valores do profissional” (MARTINS, 2008, p. 10).

#### Pesquisa-ação

Nas palavras de Martins (2008) “segundo seu criador, Kurt Lewin, Pesquisa-Ação se constitui em um ciclo de análise, fato achado, concepção, planejamento, execução e mais fato achado ou avaliação” (MARTINS, 2008, p. 47) e assim “uma repetição deste círculo inteiro de atividades, realmente uma espiral de tais círculos” (MARTINS, 2008, p. 47).

Collis e Hussey (2005) definem pesquisa-ação como “uma abordagem que presume que o mundo social está em mudança contínua, e que o pesquisador e a pesquisa propriamente dita são parte dessa mudança” (COLLIS; HUSSEY, 2005, p. 71), sendo projetada “para encontrar uma maneira eficaz de motivar uma mudança consciente em um ambiente parcialmente controlado” (COLLIS; HUSSEY, 2005, p. 71).

Corroborando Martins (2008), para ele “consiste essencialmente em acoplar pesquisa e ação em um processo no qual os atores implicados participam, junto com o pesquisador, para chegarem interativamente a elucidar uma questão da realidade em que estão inseridos” (MARTINS, 2008, p. 47), dessa forma “simultaneamente, há produção e uso de conhecimento” (MARTINS, 2008, p. 47).

Quanto ao objetivo da pesquisa-ação, para Collis e Hussey (2005) “é penetrar em uma situação, tentar provocar uma mudança e monitorar os resultados” (COLLIS; HUSSEY, 2005, p. 71).

Segundo Gil (2008) ela se caracteriza “pelo envolvimento dos pesquisadores e dos pesquisados no processo de pesquisa. Nesse sentido distanciam-se dos princípios da pesquisa científica acadêmica” (GIL, 2008, p. 31), contudo “com a finalidade de possibilitar a obtenção de resultados socialmente mais relevantes, alguns modelos alternativos de pesquisa vêm



sendo propostos, sendo a ‘pesquisa-ação’ e a ‘pesquisa participante’ os mais divulgados (GIL, 2008, p. 30).

Enfatiza Martins (2008) que “a realização de uma PA é facilitada nas organizações de cultura democrática, quando já existe o reconhecimento e participação de todos os grupos” (MARTINS, 2008, p. 48).

Por fim, a pesquisa-ação se sustenta pelo objeto de pesquisa ser o local de trabalho do pesquisador, onde se identificou possibilidades de melhorias e buscou-se obter quais os resultados socialmente relevantes para a pesquisa.

### 3.1 Coleta de dados

Quanto à seleção da amostra para o estudo, primeiramente Collis e Hussey (2005) apontam amostra como sendo “formada por alguns dos membros de uma *população*. Uma população pode referir-se a um grupo de pessoas ou a qualquer outro grupo de itens sendo considerados para propósitos de pesquisa” (COLLIS; HUSSEY, 2005, p. 148).

Ressaltam Collis e Hussey (2005) a importância de “garantir que sua amostra não tenha *preconceitos* e seja representativa da população da qual é retirada” (COLLIS; HUSSEY, 2005, p. 149), para isso “uma amostra representativa ou válida é aquela na qual os resultados obtidos podem ser considerados verdadeiros para toda a população; em outras palavras, quando é possível generalizar a partir dos resultados” (COLLIS; HUSSEY, 2005, p. 149).

Quanto aos tipos de dados da pesquisa.

Collis e Hussey (2005) indicam que “os dados podem ser descritos como *qualitativos* ou *quantitativos*. Conforme os nomes sugerem, os dados qualitativos dizem respeito a qualidades e características não-numéricas” (COLLIS; HUSSEY, 2005, p. 154), os quantitativos “são todos aqueles coletados em forma numérica” (COLLIS; HUSSEY, 2005, p. 154).

Pereira (2004) indica com precisão que “dado qualitativo é a representação simbólica atribuída a manifestações de um evento qualitativo” (PEREIRA, 2004, p. 21). Também define como sendo “uma estratégia de classificação de um fenômeno aparentemente imponderável que, fixando premissas de natureza ontológica e semântica, instrumentaliza o reconhecimento do evento, a análise de seu comportamento e suas relações com outros eventos” (PEREIRA, 2004, p. 21).

Argumenta Pereira (2004) que “o dado qualitativo é uma forma de quantificação do evento qualitativo que normatiza e confere um caráter objetivo à sua observação” (PEREIRA,

2004, p. 21), assim “constitui-se em alternativa à chamada pesquisa qualitativa, que também se ocupa da investigação de eventos qualitativos mas com referenciais teóricos menos restritivos e com maior oportunidade de manifestação para a subjetividade do pesquisador” (PEREIRA, 2004, p. 21).

Quanto ao método de coleta de dados temos a pesquisa documental, entrevista e observação participante.

#### Pesquisa documental

Gil (2008) menciona que “há dados que, embora referentes a pessoas, são obtidos de maneira indireta, que tomam a forma de documentos, como livros, jornais, papéis oficiais” (GIL, 2008, p. 147), argumenta que

são capazes de proporcionar ao pesquisador dados em quantidade e qualidade suficiente para evitar a perda de tempo e o constrangimento que caracterizam muitas das pesquisas em que os dados são obtidos diretamente das pessoas. Sem contar que em muitos casos só se torna possível realizar uma investigação social por meio de documentos (GIL, 2008, p. 147).

Martins (2008) argumenta que “para se compor uma plataforma teórica de um Estudo de Caso, ou qualquer outra estratégia de investigação, são conduzidas pesquisas bibliográficas – levantamento de referências expostas em meios escritos ou outros meios” (MARTINS, 2008, p. 46), para ele “a pesquisa documental se assemelha à pesquisa bibliográfica, todavia não levanta material editado – livros, periódicos etc. -, mas busca material que não foi editado como cartas, memorandos, correspondências de outros tipos, avisos, agendas” (MARTINS, 2008, p. 46).

Yin (2015) ressalta que “os documentos são úteis mesmo que não sejam sempre precisos e possam apresentar parcialidades. Na realidade, os documentos devem ser usados, cuidadosamente, e não devem ser aceitos como registros literais dos eventos ocorridos” (YIN, 2015, p. 111) relembra que os “documentos estão cada vez mais disponíveis por meio das buscas na Internet” (YIN, 2015, p. 111).

Gil (2008) cita que “para fins de pesquisa científica são considerados documentos não apenas os escritos utilizados para esclarecer determinada coisa, mas qualquer objeto que possa contribuir para a investigação de determinado fato ou fenômeno” (GIL, 2008, p. 147).

Por fim, Yin (2015) argumenta que “para a pesquisa de estudo de caso, o uso mais importante dos documentos é para corroborar e aumentar a evidência de outras fontes” (YIN, 2015, p. 111).

Neste trabalho a pesquisa documental foi utilizada para buscar informações relevantes em editais e atas de chamada pública, projetos de venda de agricultores familiares, contratos e outros documentos que pudessem ser utilizados para compreensão do objeto em estudo.

### Entrevista

A entrevista é definida, de acordo com Gil (2008), “como a técnica em que o investigador se apresenta frente ao investigado e lhe formula perguntas, com o objetivo de obtenção dos dados que interessam à investigação” (GIL, 2008, p. 109), assim sendo trata-se de “uma forma de interação social. Mais especificamente, é uma forma de diálogo assimétrico, em que uma das partes busca coletar dados e a outra se apresenta como fonte de informação” (GIL, 2008, p. 109).

Collis e Hussey (2005) definem as entrevistas como “um método de coleta de dados no qual perguntas são feitas a participantes selecionados para descobrir o que fazem, pensam ou sentem” (COLLIS; HUSSEY, 2005, p. 160), ressaltam que elas “facilitam a comparação de respostas e podem ser feitas pessoalmente, por telefone ou por computador (e-mail, ICQ, etc.). Podem ser conduzidas individualmente ou em grupo” (COLLIS; HUSSEY, 2005, p. 160).

Martins (2008) define como

uma técnica de pesquisa para coleta de dados cujo objetivo básico é entender e compreender o significado que os entrevistados atribuem a questões e situações, em contextos que não foram estruturados anteriormente, com base nas suposições e conjecturas do pesquisador (MARTINS, 2008, p. 27).

Collis e Hussey (2005) ressaltam a importância de que “todas as entrevistas sejam conduzidas da mesma maneira. Isso não significa apenas que as mesmas perguntas devem ser feitas, mas também que devem ser feitas da mesma maneira” (COLLIS; HUSSEY, 2005, p. 161). Também destacam o cuidado que “garanta que cada respondente entenda a pergunta da mesma maneira. Isso é conhecido como *equivalência de estímulo* e exige uma habilidade considerável no projeto das perguntas” (COLLIS; HUSSEY, 2005, p. 161).

Yin (2015) realça que “uma das fontes mais importantes de informação para o estudo de caso é a entrevista” (YIN, 2015, p. 114), que “são comumente encontradas na pesquisa de estudo de caso” (YIN, 2015, p. 114).

Gil (2008) atenta que “sociólogos, pedagogos, assistentes sociais e praticamente todos os outros profissionais que tratam de problemas humanos valem-se dessa técnica, não apenas para coleta de dados, mas também com objetivos voltados para diagnóstico e orientação” (GIL, 2008, p. 109), dessa forma “é uma das técnicas de coleta de dados mais utilizada no âmbito das ciências sociais” (GIL, 2008, p. 109).

Por fim, Martins (2008) destaca que “uma entrevista pode oferecer elementos para corroborar evidências coletadas por outras fontes, possibilitando triangulações e conseqüente aumento do grau de confiabilidade do estudo” (MARTINS, 2008, p. 27).

Neste trabalho foram utilizadas questões fechadas e estruturadas visando melhor condução nas entrevistas e posterior tabulação dos dados.

#### Observação participante

Quanto à observação, método também utilizado neste estudo, Collis e Hussey (2005) apontam que “em seu sentido mais amplo, a *observação* é um método para coletar dados associado a uma metodologia positivista ou fenomenológica. A observação pode acontecer em um ambiente de laboratório ou em um cenário natural” (COLLIS; HUSSEY, 2005, p. 163).

Para Martins (2008) “a Observação, ao mesmo tempo em que permite a coleta de dados de situações, envolve a percepção sensorial do observador, distinguindo-se, enquanto prática científica, da observação da rotina diária” (MARTINS, 2008, p. 23). Para ele, “o observador deve ter competência para observar e obter dados e informações com imparcialidade, sem contaminá-los com suas próprias opiniões e interpretações” (MARTINS, 2008, p. 24).

Já observação participante, Collis e Hussey (2005) indicam que “é um método de coletar dados em que o pesquisador fica totalmente envolvido com os participantes e os fenômenos que estão sendo pesquisados” (COLLIS; HUSSEY, 2005, p. 163), tendo como objetivo “fornecer os meios de obter um entendimento detalhado de valores, motivos e práticas daqueles que estão sendo observados” (COLLIS; HUSSEY, 2005, p. 163).

Gil (2008) argumenta que ela “consiste na participação real do conhecimento na vida da comunidade, do grupo ou de uma situação determinada. Neste caso, o observador assume, pelo menos até certo ponto, o papel de um membro do grupo” (GIL, 2008, p. 103).

Martins (2008) caracteriza a Observação Participante como

uma modalidade especial de observação na qual o pesquisador não é apenas um observador passivo. Ao contrário, o pesquisador pode assumir uma variedade de funções dentro de um Estudo de Caso e pode, de fato, participar dos eventos que estão sendo estudados (MARTINS, 2008, p. 25).

Yin (2015) alerta que “a observação participante proporciona algumas oportunidades incomuns para a coleta de dados do estudo de caso, mas também envolve desafios importantes” (YIN, 2015, p. 121). Entre as oportunidades destaca “a capacidade de obter acesso aos eventos ou grupos que, de outro modo, seriam inacessíveis ao estudo” (YIN, 2015, p. 121), como também “a capacidade de captar a realidade do ponto de vista de alguém ‘interno’ a um estudo de caso, não de alguém externo a ele” (YIN, 2015, p. 121). Já entre os

desafios enfatiza que “o pesquisador tem menos capacidade de trabalhar como observador externo e pode, às vezes, ter que assumir posições ou papéis de defesa contrários aos interesses da boa prática da ciência social” (YIN, 2015, p. 121).

### **3.2 Participantes da pesquisa**

Foram entrevistados os agricultores familiares que participaram, ou ainda participam, ou não participaram, como beneficiários do PAA e/ou do PNAE nas compras feitas pelo IFSP – campus Avaré.

Para a escolha dos agricultores familiares que não participaram como beneficiários foi adotado o sorteio de forma aleatória, buscando os possíveis participantes principalmente nas feiras livres.

### **3.3 Aspectos Éticos**

O questionário que foi utilizado nas entrevistas cumpriu com os ritos legais que envolvem o Comitê de Ética em Pesquisa da Universidade Federal de São Carlos (UFSCar) e o Comitê de Ética em Pesquisa do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo (IFSP) em defesa dos aspectos éticos das pesquisas envolvendo seres humanos a fim de resguardar a legalidade e legitimidade deste estudo.

#### Metodologia de Análise de dados

Os dados foram analisados apenas em seu conjunto (dados agregados), bem como com utilização de nomes fictícios, entre outras estratégias que assegurem a não identificação dos indivíduos respondentes.

## 4. RESULTADOS

### 4.1 Histórico das execuções do PNAE e do PAA no IFSP – campus Avaré

Primeiramente, válida a apresentação do município de Avaré, localizado no estado de São Paulo, segundo dados retirados do sítio do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística<sup>3</sup>, possui área territorial de 1.213,055 km<sup>2</sup> (dados de 2019) e população estimada em 91.232 pessoas (dados de 2020).

Quanto ao número de estabelecimentos agropecuários existiam 728 em 2006 e 665 em 2017 com dados retirados também do sítio do IBGE.

Quanto ao universo de Declaração de Aptidão ao Pronaf, consulta realizada no sítio do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento<sup>4</sup> demonstra no município um universo de 68 DAPs ativas.

Já quanto às informações do PNAE e sua modalidade de execução, importante o resgate da Medida Provisória N° 1.784/1998 (BRASIL, 1998) que no seu Art. 2º determina

a transferência de recursos financeiros objetivando a execução descentralizada do Programa Nacional de Alimentação Escolar será efetivada automaticamente pela Secretaria Executiva do FNDE, sem necessidade de convênio, ajuste, acordo ou contrato, mediante depósito em conta-corrente específica, não se aplicando o disposto no art. 27 da Lei nº 9.692, de 27 de julho de 1998 (BRASIL, 1998)

Para o cálculo do valor, o § 3º do Art. 1º da mesma MP (BRASIL, 1998) delimita “para o cálculo do montante dos recursos de que tratam os §§ 1º e 2º serão utilizados os dados oficiais de matrículas obtidos no censo escolar relativo ao ano anterior ao do atendimento” (BRASIL, 1998).

O IFSP – campus Avaré realizou, no período de 2016 a 2019, 9 chamadas públicas para compra de gêneros da agricultura familiar. Os dados foram levantados através de pesquisa documental realizada, principalmente, em editais e contratos da autarquia federal.

A Tabela 1 demonstra que as compras totalizaram chamamentos públicos, no período apurado, no valor de R\$ 885.217,57. Para somas anuais, separados e somados, os valores apontam: em 2016, uma chamada pública que totalizou R\$ 523.320,49; em 2017, uma chamada pública que totalizou R\$ 120.914,30; em 2018, quatro chamadas públicas que

<sup>3</sup> <https://www.ibge.gov.br/cidades-e-estados/sp/avare.html>, em 06 de dezembro de 2020.

<sup>4</sup> <http://smap14.mda.gov.br/extratodap/PesquisarDAP>, em 06 de dezembro de 2020.

totalizaram R\$ 174.170,45 e, por fim, em 2019, três chamadas públicas que totalizaram R\$ 66.812,33.

Tabela 1 – Histórico de Chamadas Públicas do IFSP – campus Avaré compreendendo os anos de 2016 a 2019

Numeração do edital de Chamada Pública	Valor do edital de Chamada Pública	
01582/2016 (PNAE)	R\$	523.320,49
01582/2017 (PNAE E PAA)	R\$	120.914,30
01582/2018 (PNAE)	R\$	24.492,60
02582/2018 (PAA)	R\$	85.223,75
03582/2018 (PAA)	R\$	39.633,80
04582/2018 (PNAE)	R\$	24.820,30
01582/2019 (PAA)	R\$	19.973,68
02582/2019 (PNAE)	R\$	27.000,00
03582/2019 (PAA)	R\$	19.838,65
Total	R\$	885.217,57

Fonte: Elaborado a partir de Editais do IFSP – campus Avaré

A pesquisa documental também possibilitou o levantamento dos dados dos contratos assinados entre o campus Avaré e os fornecedores (grupos formais, grupos informais e fornecedores individuais<sup>5</sup>). Válido ressaltar que serão utilizadas as nomenclaturas citadas também como forma de garantir o sigilo das informações dos contratados.

No ano de 2016, a Reitoria do IFSP utilizando o campus Avaré como projeto piloto realizaram a primeira chamada pública para compra de gêneros da agricultura familiar no âmbito dos Institutos Federais de São Paulo. Motivo que justifica o alto valor do primeiro edital e a notável diferença com relação aos próximos anos, onde o campus passou a realizar compras com seu orçamento próprio, tanto referente ao PNAE, quanto ao PAA – modalidade compra institucional.

Como resultado do chamamento houve assinatura de contrato com um grupo formal no valor de R\$ 125.611,60, ou seja, 24% do valor total do edital.

Válido, nesse ponto, o resgate da Resolução Nº 4, de 2 de abril de 2015 (BRASIL, 2015) que determina que “cabe às cooperativas e/ou associações que firmarem contratos com a EEx. a responsabilidade pelo controle do atendimento do limite individual de venda nos casos de comercialização com os grupos formais” (BRASIL, 2015).

Nesse sentido, a pesquisa documental nos contratos assinados não permite identificar, por exemplo, com qual cooperado ou associado está vinculado à produção de determinado

<sup>5</sup> Nomenclatura retirada da Resolução/CD/FNDE nº 4, de 2 de abril de 2015.

gênero do seu contrato, pois como supracitado cabem às cooperativas ou associações esse controle.

Tabela 2 – Resultado da Chamada Pública 01582/2016 (PNAE)

Natureza do fornecedor	Valor do contrato
Grupo Formal	R\$ 125.611,60
Total	R\$ 125.611,60

Fonte: Elaborado a partir dos contratos do IFSP – campus Avaré

No ano de 2017, o campus Avaré realizou no mesmo edital uma única chamada pública que contemplasse tanto o PNAE, quanto o PAA – modalidade compra institucional. O valor do edital totalizou R\$ 120.914,30.

Como resultado do chamamento houve assinatura de contrato com um grupo formal no valor de R\$ 14.950,00 e oito fornecedores individuais que totalizaram R\$ 34.358,88. Os contratos somados totalizaram R\$ 49.308,88, ou seja, 40,78% do valor total do edital.

Tabela 3 – Resultado da Chamada Pública 01582/2017 (PNAE E PAA)

Natureza do fornecedor	Valor do contrato
Grupo Formal	R\$ 14.950,00
Fornecedor individual	R\$ 13.509,75
Fornecedor individual	R\$ 7.117,13
Fornecedor individual	R\$ 3.400,00
Fornecedor individual	R\$ 2.707,00
Fornecedor individual	R\$ 1.971,00
Fornecedor individual	R\$ 1.971,00
Fornecedor individual	R\$ 1.971,00
Fornecedor individual	R\$ 1.712,00
Total	R\$ 49.308,88

Fonte: Elaborado a partir dos contratos do IFSP – campus Avaré

No ano de 2018, o campus Avaré realizou quatro chamadas públicas iniciando a separação dos editais do PNAE e do PAA – modalidade compra institucional. A Chamada Pública 01582/2018 (PNAE) totalizou R\$ 24.492,60.

Como resultado do chamamento não houve assinatura de contrato.

Tabela 4 – Resultado da Chamada Pública 01582/2018 (PNAE)

Natureza do fornecedor	Valor do contrato
Não houve fornecedor	

Fonte: Elaborado a partir dos contratos do IFSP – campus Avaré

A Chamada Pública 02582/2018 (PAA) totalizou R\$ 85.223,75.



Como resultado do chamamento houve assinatura de contrato com um grupo formal no valor de R\$ 13.896,00 e cinco fornecedores individuais que totalizaram R\$ 26.824,98. Os contratos somados totalizaram R\$ 40.720,98, ou seja, 47,78% do valor total do edital.

Tabela 5 – Resultado da Chamada Pública 02582/2018 (PAA)

Natureza do fornecedor	Valor do contrato
Grupo Formal	R\$ 13.896,00
Fornecedor individual	R\$ 16.938,85
Fornecedor individual	R\$ 5.350,13
Fornecedor individual	R\$ 1.512,00
Fornecedor individual	R\$ 1.512,00
Fornecedor individual	R\$ 1.512,00
Total	R\$ 40.720,98

Fonte: Elaborado a partir dos contratos do IFSP – campus Avaré

A Chamada Pública 03582/2018 (PAA) totalizou R\$ 39.633,80.

Como resultado do chamamento houve assinatura de contrato com um fornecedor individual no valor de R\$ 1.333,00. Os contratos somados totalizaram R\$ 1.333,00, ou seja, 3,36% do valor total do edital.

Tabela 6 – Resultado da Chamada Pública 03582/2018 (PAA)

Natureza do fornecedor	Valor do contrato
Fornecedor individual	R\$ 1.333,00
Total	R\$ 1.333,00

Fonte: Elaborado a partir dos contratos do IFSP – campus Avaré

A Chamada Pública 04582/2018 (PNAE) totalizou R\$ 24.820,30.

Como resultado do chamamento houve assinatura de contrato com um grupo formal no valor de R\$ 20.844,00 e um fornecedor individual no valor de R\$ 3.976,30. Os contratos somados totalizaram R\$ 24.820,30, ou seja, 100% do valor total do edital.

Tabela 7 – Resultado da Chamada Pública 04582/2018 (PNAE)

Natureza do fornecedor	Valor do contrato
Grupo Formal	R\$ 20.844,00
Fornecedor individual	R\$ 3.976,30
Total	R\$ 24.820,30

Fonte: Elaborado a partir dos contratos do IFSP – campus Avaré

No ano de 2019, o campus Avaré realizou três chamadas públicas. A Chamada Pública 01582/2019 (PAA) totalizou R\$ 19.973,68.

Como resultado do chamamento houve assinatura de contrato com dois fornecedores individuais que totalizaram R\$ 11.380,05. Os contratos somados totalizaram R\$ 11.380,05, ou seja, 56,98% do valor total do edital.

Tabela 8 – Resultado da Chamada Pública 01582/2019 (PAA)

Natureza do fornecedor	Valor do contrato
Fornecedor individual	R\$ 9.040,05
Fornecedor individual	R\$ 2.340,00
<b>Total</b>	<b>R\$ 11.380,05</b>

Fonte: Elaborado a partir dos contratos do IFSP – campus Avaré

A Chamada Pública 02582/2019 (PNAE) totalizou R\$ 27.000,00.

Como resultado do chamamento houve assinatura de contrato com um grupo formal no valor de R\$ 27.000,00. Os contratos somados totalizaram R\$ 27.000,00, ou seja, 100% do valor total do edital.

Tabela 9 – Resultado da Chamada Pública 02582/2019 (PNAE)

Natureza do fornecedor	Valor do contrato
Grupo Formal	R\$ 27.000,00
<b>Total</b>	<b>R\$ 27.000,00</b>

Fonte: Elaborado a partir dos contratos do IFSP – campus Avaré

Por fim, a Chamada Pública 03582/2019 (PAA) totalizou R\$ 19.838,65.

Como resultado do chamamento houve assinatura de contrato com quatro fornecedores individuais que totalizaram R\$ 17.214,45. Os contratos somados totalizaram R\$ 17.214,45, ou seja, 86,77% do valor total do edital.

Tabela 10 – Resultado da Chamada Pública 03582/2019 (PAA)

Natureza do fornecedor	Valor do contrato
Fornecedor individual	R\$ 10.308,45
Fornecedor individual	R\$ 2.397,00
Fornecedor individual	R\$ 2.397,00
Fornecedor individual	R\$ 2.112,00
<b>Total</b>	<b>R\$ 17.214,45</b>

Fonte: Elaborado a partir dos contratos do IFSP – campus Avaré

Interessante observar também que, de 2016 a 2019, os fornecedores do IFSP – campus Avaré foram 3 grupos formais e 10 fornecedores individuais.

Quando analisados os 3 grupos formais que possuíam contratos temos conforme Tabela 11 que um fornecedor possuiu 3 contratos no período e dois fornecedores possuíam 1 contrato cada.

Tabela 11 – Distribuição dos contratos (Grupos Formais)

Natureza do fornecedor	Quantidade de contratos
Grupo Formal	3
Grupo Formal	1
Grupo Formal	1
Total	5

Fonte: Elaborado a partir dos contratos do IFSP – campus Avaré

Já quando analisados os 10 fornecedores individuais que possuíam contratos temos conforme Tabela 12 que um fornecedor possuiu 6 contratos no período, dois fornecedores possuíam 3 contratos cada, dois fornecedores possuíam 2 contratos cada e cinco fornecedores possuíam 1 contrato cada.

Tabela 12 – Distribuição dos contratos (Fornecedores individuais)

Natureza do fornecedor	Quantidade de contratos
Fornecedor individual	6
Fornecedor individual	3
Fornecedor individual	3
Fornecedor individual	2
Fornecedor individual	2
Fornecedor individual	1
Fornecedor individual	1
Fornecedor individual	1
Fornecedor individual	1
Fornecedor individual	1
Total	21

Fonte: Elaborado a partir dos contratos do IFSP – campus Avaré

Soma-se a pesquisa documental realizada, agora serão apresentados e analisados os dados obtidos através das entrevistas e estabelecidas triangulações com o estado da arte para apresentação dos resultados.

#### Limitantes do estudo

O período de dados levantados foi um limitante para este estudo, que utilizou dados de quatro anos (2016 a 2019), período que corresponde à recente execução de recursos dos

Institutos Federais de São Paulo para compras junto à agricultura familiar (tanto do PNAE, quanto do PAA – modalidade compra institucional).

Outro limitante de pesquisa foi a quantidade de respondentes, dos quais de toda amostra, dez agricultores familiares, que no período estudado já forneceram para o IFSP – campus Avaré, cinco deles não responderam ou se recusaram a participar o que também contribui para fragilidade do estudo.

Por fim, é válido mencionar que esses cinco agricultores possuem em comum o fato de terem deixado de fornecer, em algum momento do recorte temporal estudado, gêneros para o IFSP – campus Avaré. É notória que a participação poderia contribuir para a riqueza do estudo em avaliar, por exemplo, possíveis justificativas para tais ocorrências, no entanto o fato de não participarem mais como beneficiários pode ter contribuído para a não disponibilização em atender o chamado da pesquisa e do pesquisador.

#### Perfil dos respondentes

Inicialmente foi observado o perfil dos respondentes através de questões como idade, profissão e se já forneceu, fornece ou nunca forneceu gêneros alimentícios através de políticas públicas, como o PNAE e o PAA, para alguma instituição.

Com relação à idade dos respondentes foram estabelecidas faixas e as respostas obtidas distribuídas nos intervalos definidos conforme Tabela 13: três respondentes possuem idade entre 18 a 25 anos, um respondente possui idade entre 26 a 30 anos, três respondentes possuem idade entre 31 a 35 anos, um respondente possui idade entre 36 a 40 anos, dois respondentes possuem idade entre 46 a 50 anos, três respondentes possuem idade entre 51 a 55 anos e, por fim, um respondente possui idade acima de 56 anos.

Tabela 13– Idade dos respondentes

Idade (anos)	Quantidade de respostas
Entre 18 a 25	3
Entre 26 a 30	1
Entre 31 a 35	3
Entre 36 a 40	1
Entre 41 a 45	0
Entre 46 a 50	2
Entre 51 a 55	3
Acima de 56	1
Total	14

Fonte: Dados da pesquisa

Quando perguntados sobre a profissão: dez respondentes informaram agricultor, dois respondentes informaram lavrador e, por fim, dois respondentes informaram produtor rural.

Tabela 14 – Profissão dos respondentes

Profissão	Quantidade de respostas
Agricultor	10
Lavrador	2
Produtor rural	2
Total	14

Fonte: Dados da pesquisa

Por fim, foi perguntado se já forneceram, fornecem ou nunca forneceram gêneros alimentícios, através do PAA e/ou PNAE, para Prefeituras, Institutos e Universidades Federais, ou outros. Os dados tabulados possibilitaram a separação dos respondentes em três grupos conforme Tabela 13: fornecedores do IFSP – campus Avaré e da Prefeitura Municipal de Avaré, fornecedores que fornecem ou forneceram apenas para a Prefeitura Municipal de Avaré e aqueles que nunca forneceram gêneros através dessas políticas públicas.

Segundo Vogt e Souza (2009) uma das funções do Programa de Aquisição de Alimentos é “conectar a demanda por alimentos, impulsionada pelos programas públicos, com a produção originada da agricultura familiar carente de mercados, aí incluídos também os assentamentos do Programa de reforma agrária” (VOGT; SOUZA, 2009, p. 4).

Tabela 15 – Fornecimento através do PAA/PNAE para instituições

Já forneceu ou fornece para alguma instituição?	Quantidade de respostas
IFSP - campus Avaré e Prefeitura Municipal de Avaré	6
Prefeitura Municipal de Avaré	4
Nenhuma	4
Total	14

Fonte: Dados da pesquisa

#### Dificuldades apontadas no processo

Os respondentes, tanto aqueles que já forneceram ou fornecem, quanto os que nunca forneceram, foram questionados a respeito das dificuldades que encontraram neste processo.

Primeiramente, 100% dos que nunca forneceram alegaram conhecer as políticas públicas. Quando perguntados sobre as dificuldades, 50% alegaram dificuldades de atender a documentação exigida no edital, pois estão com a DAP vencida, 25% alegaram que o preço de comercialização não é interessante e 25% que os produtos que comercializa não são pedidos nos editais de chamada pública.

Esquerdo e Bergamasco (2014), em análise sobre agricultura familiar e compras através de políticas públicas nos municípios do Circuito das Frutas (SP), pontuam algumas dificuldades

como falta de documentação por parte dos agricultores (principalmente a DAP), o baixo valor do programa (na época de realização da pesquisa), a falta de organização dos produtores, a descentralização dos pontos de entrega dos produtos nos municípios, aumentando o custo do agricultor (ESQUERDO; BERGAMASCO, 2015, p. 220).

Constanty e Zonin (2016), analisando a execução do PNAE no município de Marechal Cândido Rondon, alertam para “o limite da ambição da política frente ao desafio prático, pois, em 2013, somente pouco mais de 1% das DAPs participaram do programa no município” (CONSTANTY; ZONIN, 2016, p. 389). Ressaltam “uma defasagem entre a proposta de uma política pública, que certamente defende mais sustentabilidade, e a ambição dos objetivos da mesma, cujo alcance depende na prática de uma mudança de paradigma da sociedade” (CONSTANTY; ZONIN, 2016, p. 389).

Para Carvalho (2015), “muitos estudos sobre a agricultura familiar demonstram que existem diversos problemas inerentes ao financiamento, à comercialização da produção e, entre outros, ao acesso a mercados locais” (CARVALHO, 2015, p. 180). Em comparação a outros países “existem também atrasos significativos na incorporação de tecnologia em processos produtivos, nas relações comerciais e na competitividade com a agricultura patronal” (CARVALHO, 2015, p. 185).

Novamente, Esquerdo e Bergamasco (2014) relatam dificuldades e problemas “identificados no País em relação ao PAA, o que pode acarretar na pequena participação de agricultores. Dentre os problemas observados, destacam-se atrasos no pagamento, questões de logística e exigência de documentação para acessar o programa (DAP)” (ESQUERDO; BERGAMASCO, 2014, p. 217).

Vogt e Souza (2009) alertam que “o processo de comercialização apresenta-se como um dos principais dilemas da agricultura familiar, sendo que o acesso aos mercados institucionais é um fenômeno recente no país” (VOGT; SOUZA, 2009, p. 2). Para eles, “os agricultores familiares ficavam restritos a comercializarem sua produção com ‘atravessadores’ ou mesmo com as grandes cooperativas” (VOGT; SOUZA, 2009, p. 10).

As respostas das questões 6 e 7 do roteiro de entrevista são apresentadas de forma unificada, pois nenhum dos respondentes assinalou mais de uma dificuldade, portanto inviabilizando a hierarquização das mesmas.

Cabe novamente ressaltar que essas amostras representam uma pequena quantidade de respondentes conforme explicitado nos limitantes do estudo, no entanto não diminuem a contribuição das mesmas conforme triangulações com o estado da arte.

Tabela 16 – Dificuldades apontadas pelos agricultores que nunca forneceram

Dificuldades apontadas para não ter participado	Quantidade de respostas
Não teve conhecimento do edital	0
Não conseguiria atender as exigências de logística	0
Não conseguiria atender as exigências documentais do edital	2
Não conseguiria atender as demandas de produção	0
Preços de comercialização não são interessantes	1
Outras dificuldades	1
Total	4

Fonte: Dados da pesquisa

Os respondentes que já forneceram ou fornecem gêneros para o IFSP – campus Avaré e a Prefeitura Municipal de Avaré quando questionados a respeito das dificuldades que encontraram neste processo.

Primeiramente, 35,71% alegaram que os preços de comercialização não são interessantes, 21,42% alegaram problemas com o transporte, 14,28% alegaram problemas com a qualidade exigida dos produtos, 7,14% alegaram dificuldades na obtenção de certificação orgânica, 7,14% alegaram que não há variedade de itens demandados, 7,14% alegaram outras dificuldades, no caso, que o teto de venda por agricultor é baixo e 7,14% não alegaram nenhuma dificuldade. Lembrando que os respondentes poderiam, nessa questão, assinalar mais de uma resposta.

O estado da arte traz algumas contribuições:

Em estudo realizado no município de Araripe, no Ceará, Marques et al. (2014) evidenciaram que “a agricultura tem estreita relação com os fatores climáticos, o que pode vir a demandar da gestão um melhor planejamento do tipo de produto, da sazonalidade dos alimentos e, conseqüentemente, de sua entrega nas escolas” (MARQUES et al., 2014, p. 1339).

Quanto à questão dos preços, Costa, Junior e Silva (2015) destacam que

o fato de o PNAE (e PAA também) não remunerarem o empreendimento, mas apenas preverem a remuneração do produto, é algo interessante de ser revisto, pois os custos de operacionalização destes programas são arcados pelos empreendimentos, ou seja, pelos agricultores familiares (COSTA; JUNIOR; SILVA, 2015, p. 123).

Segundo Kroth, Geremia e Mussio (2020), em artigo que analisou o PNAE como uma Política Pública Saudável (PPS), “para superação das dificuldades de cunho administrativo, sugere-se capacitação técnica do pessoal envolvido com a política” (KROTH; GEREMIA; MUSSIO, 2020, p. 4073), assim sendo, mencionam os “setores de compras e jurídico das prefeituras, para adequação das chamadas públicas” (KROTH; GEREMIA; MUSSIO, 2020, p. 4073).

Tabela 17 – Dificuldades apontadas pelos agricultores que forneceram para o IFSP – campus Avaré e Prefeitura de Avaré

Dificuldades apontadas durante o processo	Quantidade de respostas
Problemas com a documentação exigida nos editais	1
Problemas com a entrega dos gêneros alimentícios (transporte)	3
Problemas com a entrega (qualidade exigida dos produtos, entre outros)	2
Problemas com a variedade de itens que são demandados (pouca variação de itens)	1
Impossibilidade de substituir variedades	0
Problemas com a forma e prazos para recebimento do pagamento	0
Preços de comercialização não são interessantes	5
Dificuldade na compreensão dos editais	0
Outras dificuldades	1
Não assinalou dificuldades	1
Total	14

Fonte: Dados da pesquisa

Quando tabulados os dados para que fosse verificada a principal dificuldade apontada foram analisadas duas situações: a Tabela 18 demonstra a principal dificuldade encontrada pelos respondentes que fornecem ou já forneceram gêneros para o IFSP e para a Prefeitura; e a Tabela 19 apresenta a principal dificuldade encontrada pelos respondentes que fornecem ou já forneceram gêneros apenas para a Prefeitura.

Primeiramente, 40% alegaram que os preços de comercialização não são interessantes, 30% alegaram problemas com o transporte, 10% alegaram dificuldades na obtenção de certificação orgânica, 10% alegaram outras dificuldades, no caso, que o teto de venda por agricultor é baixo e 10% não alegaram nenhuma dificuldade.

Quanto aos custos da produção e certificação orgânica de alimentos, Santos et al. (2014) ao avaliarem a inserção de alimentos orgânicos provenientes da AF na alimentação escolar em municípios dos territórios rurais do RS destacam que



foi possível observar que a inserção de alimentos orgânicos na alimentação escolar não depende somente do comprometimento e da motivação do gestor municipal do PNAE em adquiri-los. Depende, ainda, de fatores que abrangem produção local, certificação e custo (SANTOS et al., 2014, p. 1435).

Entre as possibilidades, Santos et al. (2014) argumentam

para que exista uma maior e melhor inserção de alimentos orgânicos na alimentação escolar, necessita-se da participação de diversos setores – saúde, educação, meio ambiente, agricultura, tecnologia, entre outros – que possam contribuir com essa proposta, considerando que a intersetorialidade pode potencializar os resultados no aumento e valorização desta produção, com a integração de políticas e programas (SANTOS et al., 2014, p. 1435).

Quanto ao limite de venda por agricultor, Esquerdo e Bergamasco (2014) alertam que

uma das funções do PAA é se apresentar como mais uma opção de comercialização dos produtos da agricultura familiar. O aumento do valor do programa poderia acarretar na concentração de agricultores fornecedores de alimentos no município (ESQUERDO; BERGAMASCO, 2015, p. 220).

Nesse sentido, estudos poderão contribuir para avaliar se o aumento do valor do programa pode acarretar em concentração, bem como os pontos positivos desse cenário também. Resgatando dados da amostra avaliada: dos 10 fornecedores individuais que possuíram contratos temos que, conforme Tabela 12, um fornecedor possuiu 6 contratos no período, dois fornecedores possuíram 3 contratos cada, dois fornecedores possuíram 2 contratos cada e cinco fornecedores possuíram 1 contrato cada.

Para finalizar, Gabriel et al. (2014) apresentam uma proposta de modelo para avaliar as gestões municipais do PNAE e já alertavam que o “Programa suscita desafios e demanda revisão de muitas ações por parte dos envolvidos no seu planejamento e execução” (GABRIEL et al., 2014, p. 1742).

Tabela 18 – Principal dificuldade apontada pelos agricultores que forneceram para o IFSP – campus Avaré e Prefeitura de Avaré

Principal dificuldade apontada pelos fornecedores do IFSP e Prefeitura	Quantidade de respostas
Problemas com a documentação exigida nos editais	1
Problemas com a entrega dos gêneros alimentícios (transporte)	3
Problemas com a entrega (qualidade exigida dos produtos, entre outros)	0
Problemas com a variedade de itens que são demandados (pouca variação de itens)	0
Impossibilidade de substituir variedades	0
Problemas com a forma e prazos para recebimento do pagamento	0
Preços de comercialização não são interessantes	4
Dificuldade na compreensão dos editais	0
Outras dificuldades	1
Não assinalou dificuldades	1
Total	10

Fonte: Dados da pesquisa

Quando analisados os dados apenas dos respondentes que já forneceram ou fornecem para a Prefeitura Municipal de Avaré e conseqüentemente não para o IFSP – campus Avaré: 75% alegaram problemas com o transporte e 25% alegaram que os preços de comercialização não são interessantes.

A principal dificuldade apontada pelos respondentes que já forneceram ou fornecem apenas para a Prefeitura Municipal de Avaré pode indicar que o problema referente ao transporte dos gêneros alimentícios apontado em 21,42% das respostas do grupo dos que já forneceram ou fornecem para o IFSP e para a Prefeitura pode indicar que essa dificuldade esteja relacionada com os fornecedores da Prefeitura.

Cabe ressaltar que não é objetivo desta pesquisa o estudo comparativo entre as execuções das políticas públicas, entre IFSP e Prefeitura, no entanto as respostas levantadas demonstraram grande concentração nas respostas o que pode contribuir para iniciar as discussões e fomentar estudos nesse sentido.

Para isso, Gabriel et al. (2014) evidenciaram “algumas tendências por parte das gestões municipais conforme modalidade de execução do PNAE. Como exemplo ressalta-se a dificuldade de obtenção de dados” (GABRIEL et al., 2014, p. 1742) e finalizam lembrando “que um programa público com o tamanho e a importância do PNAE deve manter seu padrão de qualidade e transparência, independentemente do tipo de sua execução local” (GABRIEL et al., 2014, p. 1742).

A problemática do transporte é apontada no estado da arte.

Resgatando o estudo, Marques et al. (2014) evidenciaram que “questões como atrasos no pagamento, estrutura física inadequada e falta de transporte foram recorrentes nas falas” (MARQUES et al., 2014, p. 1339).

Assim sendo, o estudo comparativo poderia avaliar a hipótese das mesmas políticas públicas executadas no mesmo município por organizações diferentes apresentando diferentes dificuldades nas suas execuções.

Tabela 19 – Principal dificuldade apontada pelos agricultores que forneceram para a Prefeitura de Avaré

Principal dificuldade apontada pelos fornecedores da Prefeitura	Quantidade de respostas
Problemas com a documentação exigida nos editais	0
Problemas com a entrega dos gêneros alimentícios (transporte)	3
Problemas com a entrega (qualidade exigida dos produtos, entre outros)	0
Problemas com a variedade de itens que são demandados (pouca variação de itens)	0

Impossibilidade de substituir variedades	0
Problemas com a forma e prazos para recebimento do pagamento	0
Preços de comercialização não são interessantes	1
Dificuldade na compreensão dos editais	0
Outras dificuldades	0
Não assinalou dificuldades	0
Total	4

Fonte: Dados da pesquisa

Apresentadas as dificuldades, os respondentes puderam compartilhar se receberam auxílio de organizações ou pessoas para superá-las. A Tabela 20 demonstra que 77,78% não receberam auxílio e 22,22% receberam auxílio para superar as dificuldades apontadas.

Marques et al. (2014) resgatam a importância dos diversos *stakeholders* na solução dos problemas “uma sugestão seria a realização de parcerias com universidades, órgãos como a Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural (Emater), a Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa) e o Sebrae” (MARQUES et al., 2014, p. 1339), nesse sentido poderiam “estabelecer, por exemplo, anual ou semestralmente, os alimentos da safra e entressafra, aqueles que mais sofrem variação de preço em relação ao clima e determinar qual é o potencial agrícola/agropecuário dos produtores da região” (MARQUES et al., 2014, p. 1339) e assim “identificar quais deles têm potencial para atender à demanda em questão” (MARQUES et al., 2014, p. 1339).

Costa, Junior e Silva (2015) quanto à “formação e capacitação dos cooperados em atividades relacionadas à gestão, ao cooperativismo e às atividades de agroindustrialização” (COSTA; JUNIOR; SILVA, 2015, p. 123) mencionam que “políticas de assistência técnica e extensão rural de acompanhamento sistemático e contínuo são importantes para deixar os agricultores aptos a gerirem suas cooperativas” (COSTA; JUNIOR; SILVA, 2015, p. 123).

Lopes, Basso e Brum (2019), assim também constataram, através de avaliação do mercado gerado pelo PNAE na rede escolar do município de Ijuí no Rio Grande do Sul, “a importância da interação e comprometimento entre os gestores do PNAE e, também, entre estes e os fornecedores” (LOPES; BASSO; BRUM, 2019, p. 555), que segundo os autores “é fundamental para se compreender as conquistas que esse programa vem alcançando no município ao longo dos anos” (LOPES; BASSO; BRUM, 2019, p. 555).

Nesse sentido, Cunha, Freitas e Salgado (2017) contribuem “que a coesão e interação social entre instituições privadas e públicas, em todos os seus níveis, se mostraram importantes para a efetivação desses programas no município” (CUNHA; FREITAS; SALGADO, 2017, p. 442).

Tabela 20 – Recebimento de auxílio na superação das dificuldades apontadas pelos agricultores

Recebeu auxílio para superar as dificuldades	Quantidade de respostas
Não recebeu	7
Recebeu de organizações ou outras pessoas	2
Total	9

Fonte: Dados da pesquisa

Quando perguntados se gostariam de mais espaços para discussão dessas problemáticas 92,31% informaram que gostariam desses espaços e 7,69% informaram que não gostariam desses espaços.

Costa, Junior e Silva (2015) contribuem que

o processo de aquisição de alimentos para alimentação escolar envolve um conjunto de atores sociais, gestores públicos, prefeituras, secretarias de educação, entre outros. Conhecer os aspectos da cadeia produtiva e processos sócio-organizativos que envolvem um empreendimento coletivo são fundamentais para negociações no âmbito da alimentação escolar (COSTA; JUNIOR; SILVA, 2015, p. 123).

Kroth, Geremia e Mussio (2020), corroboram da importância dos atores no fortalecimento do PNAE, mencionam especificamente o fortalecimento dos CAEs e que uma das formas é através “de cursos de capacitação, com envolvimento de Universidades, Institutos Federais e Ministério Público e de uma maior divulgação da importância deste órgão perante a comunidade” (KROTH; GEREMIA; MUSSIO, 2020, p. 4073).

Porrúa et al. (2020), em estudo que avaliou a Gestão do PNAE sob a ótica do fomento da AF, também sinalizam a importância da

qualificação da gestão municipal do PNAE envolvendo secretários, nutricionistas, técnicos da administração e setor de compras, CAE, para adequada execução de todas as etapas da compra de alimentos da AF, tais como o planejamento de cardápios alinhados à produção local, tempo adequado e ampla divulgação da chamada pública, além de clareza quanto aos critérios de priorização dos produtores locais sobre os demais grupos (PORRUA et al., 2020, p. 435).

Melo, Sá e Filho (2016), em estudo de caso realizado no município de Tabira, no sertão pernambucano, argumentam que

é possível, mesmo com restrição de recursos financeiros e naturais, realizar uma gestão inovadora, participativa e eficiente. É necessário dar visibilidade a essas realidades, pois estimula os atores envolvidos e difunde a experiência para que outras localidades possam também criar suas estratégias de iniciativas exitosas (MELO; SÁ; FILHO, 2016, p. 1907).

Tabela 21 – Necessidade de mais espaços para discussões sobre as dificuldades apontadas pelos agricultores

Gostaria de mais espaços para discussões dessas problemáticas	Quantidade de respostas
Sim	12
Não	1
Total	13

Fonte: Dados da pesquisa

Quanto à renda que extrai da agricultura, especificamente foi perguntado qual o percentual dela é referente à venda para o IFSP – campus Avaré. A Tabela 22 demonstra que para 66,67% as vendas correspondem a menos da metade da renda (25%) e para 33,33% as vendas correspondem a menos de 25% da renda que extraem da agricultura.

Quanto à composição da agricultura familiar brasileira, Buainain (2006) a define como “extremamente diversificada. Inclui tanto famílias que vivem e exploram minifúndios em condições de extrema pobreza” (BUAINAIN, 2006, p. 15) como por outro lado “produtores inseridos no moderno agronegócio que logram gerar renda superior, várias vezes, a que define a linha da pobreza” (BUAINAIN, 2006, p. 15).

Constanty e Zonin (2016), através de estudo, argumentam que “o PNAE é, para os seus agricultores familiares fornecedores do município de Marechal Cândido Rondon, um canal importante, representando em média 13% das rendas” (CONSTANTY; ZONIN, 2016, p. 389), avaliaram também “que o programa favorece a produção orgânica/agroecológica, interagindo com 50% dos produtores certificados orgânicos do município” (CONSTANTY; ZONIN, 2016, p. 389).

Cunha, Freitas e Salgado (2017) ao analisar os efeitos dos programas governamentais PAA e PNAE para a agricultura familiar no município de Espera Feliz, Minas Gerais, contribuem que “o efeito econômico foi verificado com o estímulo à diversificação da produção, aumento de renda, ampliação de postos de trabalho de base familiar no setor agrícola e o acesso a novos mercados” (CUNHA; FREITAS; SALGADO, 2017, p. 441).

Somando esforços ao estudo supracitado, Silva, Dias e Junior (2015), em trabalho realizado no mesmo município, analisaram as mudanças organizacionais que ocorreram nos empreendimentos da AF a partir do acesso ao PNAE, embora seja predominante

o cultivo do café, foram vários os itens comercializados e, em alguns casos, a renda adquirida com a comercialização da diversidade produtiva é maior do que a renda gerada com a venda do café, até então praticamente a única cultura direcionada a mercados (SILVA; DIAS; JUNIOR, 2015, p. 302).

Lopes, Basso e Brum (2019) complementam “as falas dos diferentes agentes envolvidos no processo de aquisição da alimentação escolar em Ijuí apontam impactos positivos para todos os participantes” (LOPES; BASSO; BRUM, 2019, p. 554), no caso dos produtores “aufere uma renda que garante seu sustento ou complementa seus rendimentos” (LOPES; BASSO; BRUM, 2019, p. 554).

Tabela 22 – Percentual da renda dos agricultores que correspondente às vendas para o IFSP – campus Avaré

Da renda que extrai da agricultura, quanto é referente à venda para o IFSP	Quantidade de respostas
Inteira (100%)	0
Mais da metade (75%)	0
Metade (50%)	0
Menos da metade (25%)	4
Menos de 25%	2
Total	6

Fonte: Dados da pesquisa

### Breve discussão de uma amostra sobre o contexto atual de pandemia causada pelo coronavírus

As duas últimas questões foram feitas para que fossem iniciadas discussões sobre os impactos da pandemia causada pelo coronavírus aos agricultores familiares entrevistados. É importante mencionar que as entrevistas ocorreram ainda durante o contexto da pandemia e do seu conseqüente isolamento social, assim houve o comprometimento para o atendimento às recomendações dos órgãos responsáveis para que fossem viabilizadas e garantidas a segurança de todos os envolvidos.

Segundo Schneider et al. (2020) que analisaram os efeitos da pandemia da Covid-19 sobre o agronegócio e a alimentação discorrem que

a pandemia da Covid-19 vem afetando a saúde e a economia global de uma forma inaudita, somente comparável a momentos de grande inflexão na história da humanidade, como a gripe espanhola e a recessão de 1929. Ainda que raras, as crises sempre existiram e provavelmente continuem a existir (SCHNEIDER et al., 2020, p. 180).

Quanto ao impacto na renda no contexto da pandemia. A Tabela 23 demonstra que para 64,29% houve impacto negativo na renda e para 35,71% não houve impacto negativo.

É importante mencionar que para essa pergunta retornaram para amostra aqueles respondentes que nunca forneceram para nenhuma instituição.

A análise dos dados conclui que esses respondentes acabaram por sustentar as respostas do não impacto negativo na renda, pois eles corresponderam a 4 dos 5 entrevistados. Entre as estratégias mencionadas por eles destacam-se a montagem de cestas e kits de produtos com entregas a domicílio que foram mencionadas por 3 dos 5 respondentes, para 1 não houve impacto, pois acabou compensando com a terceirização de serviço, no caso, prestando serviço com seu maquinário e, por fim, para 1 respondente pelo aumento das vendas que conseguiram com o café especial e orgânico que produzem.

Outra constatação na análise foi que o impacto negativo ficou concentrado nas respostas daqueles que fornecem gêneros para o IFSP e para a Prefeitura, ou somente para Prefeitura, ou seja, aqueles que em parte de sua renda dependem de políticas públicas como o PAA e/ou PNAE que no contexto da pandemia reduziram ou pararam com os pedidos de fornecimento da agricultura familiar.

É possível constatar que, em todas as respostas dos que foram impactados negativamente, foi mencionado também que o fechamento das feiras (por aproximadamente 6 meses) contribuiu para o impacto na renda.

Concluindo, Schneider et al. (2020) contribuem que “o sistema alimentar que construímos e tal como o conhecemos atualmente é falho e vulnerável” (SCHNEIDER et al., 2020, p. 180) entre os motivos justificam que “muitos pequenos agricultores familiares não puderam vender seus produtos e manter os meios de vida de suas famílias” (SCHNEIDER et al., 2020, p. 180).

Tabela 23 – Impacto na renda dos agricultores no contexto da pandemia

Qual foi o impacto na sua renda?	Quantidade de respostas
Houve impacto negativo	9
Não houve impacto negativo	5
Total	14

Fonte: Dados da pesquisa

A última questão do roteiro de entrevistas foi direcionada para aqueles que já forneceram ou fornecem que foram convidados a responder se participar desses programas de vendas influencia positivamente na renda no contexto da pandemia.

Quanto às dimensões do PAA, Dias et al. (2013) contribuem “a dimensão social das diretrizes objetiva a inclusão e a redistribuição da renda, bem como o direito universal aos serviços sociais” (DIAS et al., 2013, p. 104), já “a dimensão econômica visa o crescimento estável e sustentável da renda e das oportunidades, sobretudo pelo fomento aos arranjos produtivos locais e apoio às pequenas e médias empresas” (DIAS et al., 2013, p. 104).

Quanto à influência positiva na renda, em participar desses programas como PAA e/ou PNAE, no contexto da pandemia. A Tabela 24 demonstra que para 100% dos que participam desses programas o impacto é positivo na renda. Embora, com a redução ou suspensão dos pedidos durante a pandemia, mencionaram que são vendas “certas” com poucos riscos e que garantem uma segurança para eles.

Schneider et al. (2020) também contribuem que

a pandemia da Covid-19 certamente deixará muitos legados, provavelmente mais negativos do que positivos. Mas é preciso não perder a oportunidade de refletir seriamente sobre o modo como produzimos, processamos e distribuimos os alimentos. A crise atual expôs nossas fragilidades e vulnerabilidades (SCHNEIDER et al., 2020, p. 180).

Tabela 24 – Influência positiva na renda dos agricultores e participação nos programas no contexto da pandemia

Participar desses programas influencia positivamente na sua renda?	Quantidade de respostas
Sim	10
Não	0
Total	10

Fonte: Dados da pesquisa



## 5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

De acordo com Amorim, Junior e Bandoni (2020) que analisaram o PNAE e estratégias para enfrentar a insegurança alimentar durante e após a COVID-19 e assim contribuem

que os desafios impostos pela pandemia (e suas consequências econômicas e sociais) para a execução do PNAE devem ser encarados, ao mesmo tempo, como um chamado para um debate mais amplo e profundo sobre o sentido e como o significado da alimentação escolar num país com altos índices de insegurança alimentar (AMORIM; JUNIOR; BANDONI, 2020, p. 1143).

Schneider et al. (2020) finalizam que “dado o quadro cambiante, instável e imprevisível, seria por demais pretensioso estabelecer conclusões sobre o porvir ou ‘o novo normal’ do agronegócio e do sistema alimentar no cenário pós-pandemia” (SCHNEIDER et al., 2020, p. 180). Assim “encerramos com mais perguntas do que respostas” (SCHNEIDER et al., 2020, p. 180).

Vogt e Souza (2009) ressaltam que o “processo de valorização dos atores locais possibilita a participação, garante a transparência e até mesmo a sustentabilidade dessa política pública” (VOGT; SOUZA, 2009, p. 17). Além de sustentarem que “a inserção no mercado institucional local, através da venda para a merenda escolar, configura-se como um importante mercado para os produtos da agricultura familiar” (VOGT; SOUZA, 2009, p. 17).

Já os autores Kroth, Geremia e Mussio (2020) argumentam que o PNAE exige a práxis da multidisciplinaridade e das ações conjuntas de quatro setores:

a educação por lidar diretamente com o público-alvo do objeto da política que é a alimentação escolar; a saúde porque deve articular saberes para criar uma cultura saudável nos alunos; a agricultura por mobilizar os atores responsáveis pela produção dos alimentos e a Administração por tratar das questões técnicas das chamadas públicas (KROTH; GEREMIA; MUSSIO, 2020, p. 4073).

Por fim, avaliam Belik e Chaim (2009) que “a gestão do Programa, quando realizada de forma compartilhada entre os atores envolvidos no processo, gera um impacto positivo nas várias áreas que o PNAE contempla” (BELIK; CHAIM, 2009, p. 606), da mesma forma ressaltam “que investimentos isolados não geram os impactos positivos necessários para que a gestão, em todos os seus aspectos, possa ser considerada eficiente” (BELIK; CHAIM, 2009, p. 606).

Compartilhados os dados das entrevistas, pode-se constatar a importância das execuções do PAA e do PNAE pelo IFSP – campus Avaré para o fortalecimento da agricultura familiar, no entanto é preciso avaliar os preços publicados nos editais (40% que

alegaram que os preços de comercialização não são interessantes), esse fato pode estar relacionado com a não apresentação de propostas na Chamada Pública 01582/2018 (PNAE), bem como em outras onde não se obteve sucesso na contratação da totalidade dos editais.

Quanto aos preços definidos nos editais, válido o resgate que os mesmos são responsabilidade da entidade executora, por ser ela responsável por definir os preços de aquisição, no caso é recomendado uma avaliação do procedimento pelas entidades executoras.

Os dados demonstram que 77,78% não receberam auxílio para superar as dificuldades apontadas demonstrando um importante *gap* para aproximação entre os *stakeholders*.

No caso do IFSP é válido ressaltar que, como autarquia federal de ensino, pesquisa e extensão, pode contribuir ofertando cursos de ensino e extensão na temática que possam disseminar conhecimento nas diversas áreas (gestão, produção, políticas públicas, agricultura familiar, legislação, entre outros), bem como pesquisas que tenham como objeto os agricultores familiares, políticas públicas como o PAA e PNAE, entre outros possíveis temas.

Corroborar como elo de possível aproximação, por exemplo, quando perguntados se gostariam de mais espaços para discussão dessas problemáticas, 92,31% informaram que gostariam desses espaços.

Quanto à renda que extrai da agricultura, especificamente foi perguntado qual o percentual dela é referente à venda para o IFSP – campus Avaré, os dados demonstram que para 66,67% as vendas correspondem a 1/4 da renda (25%) e para 33,33% as vendas correspondem a menos de 1/4 da renda que extraem da agricultura, em outras palavras, os percentuais corroboram com a importância dessas políticas públicas na renda dos agricultores familiares beneficiários.

Quanto ao impacto na renda no contexto da pandemia, os dados demonstram que houve impacto negativo na renda para 64,29% e que para 100%, dos que responderam e que participam de políticas públicas como o PAA e/ou PNAE, o impacto desses programas na renda é positivo, pois a participação garante segurança na renda para eles.

## REFERÊNCIAS

AGAPTO, J. P. et al. Avaliação do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) em Campina do Monte Alegre, Estado de São Paulo, a partir da percepção dos agricultores. **Revista Informações Econômicas**, São Paulo, v. 42, n. 2, p. 13-21, 2012.

AMORIM, A. L. B.; JUNIOR, J. R. S. R.; BANDONI, D. H. Programa Nacional de Alimentação Escolar: estratégias para enfrentar a insegurança alimentar durante e após a COVID-19. **Revista de Administração Pública**, Rio de Janeiro, v. 54, n. 4, p. 1134-1145, 2020.

AQUINO, J. R.; SCHNEIDER, S. 12 anos da política de crédito do PRONAF no Brasil (1996-2008): uma reflexão crítica. **Revista de Extensão e Estudos Rurais**, Viçosa, v. 1, n. 2, p. 309-347, 2011.

ARAUJO, L. R. S. et al. Alimentação escolar e agricultura familiar: análise de recursos empregados na compra de alimentos. **Cadernos de Saúde Pública**, Rio de Janeiro, v. 35, n. 11, p. 1-9, 2019.

BELIK, W.; CHAIM, N. A. O Programa Nacional de Alimentação Escolar e a gestão municipal: eficiência administrativa, controle social e desenvolvimento local. **Revista de Nutrição**, Campinas, v. 22, n. 5, p. 595-607, 2009.

BISPO, F. C. S.; GOMES, R. C. Os papéis dos stakeholders na formulação do Pronatec. **Revista de Administração Pública**, Rio de Janeiro, v. 52, n. 6, p. 1258-1269, 2018.

BRASIL. **Decreto nº 7.775, de 4 de julho de 2012**. Regulamenta o art. 19 da Lei nº 10.696, de 2 de julho de 2003, que institui o Programa de Aquisição de Alimentos, e o Capítulo III da Lei nº 12.512, de 14 de outubro de 2011, e dá outras providências. Brasília, DF: Senado Federal. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_Ato2011-2014/2012/Decreto/D7775.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/2012/Decreto/D7775.htm). Acesso em: 12 nov. 2019.

BRASIL. **Decreto nº 8.293, de 12 de agosto de 2014**. Altera o Decreto nº 7.775, de 4 de julho de 2012, que dispõe sobre o Programa de Aquisição de Alimentos. Brasília, DF: Senado Federal. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_Ato2011-2014/2014/Decreto/D8293.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/2014/Decreto/D8293.htm). Acesso em: 12 nov. 2019.

BRASIL. **Decreto nº 8.473, de 22 de junho de 2015**. Estabelece, no âmbito da Administração Pública federal, o percentual mínimo destinado à aquisição de gêneros alimentícios de agricultores familiares e suas organizações, empreendedores familiares rurais e demais beneficiários da Lei nº 11.326, de 24 de julho de 2006, e dá outras providências. Brasília, DF: Presidência da República. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_Ato2015-2018/2015/Decreto/D8473.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2015/Decreto/D8473.htm). Acesso em: 04 jun. 2019.

BRASIL. **Lei nº 10.696, de 2 de julho de 2003**. Dispõe sobre a repactuação e o alongamento de dívidas oriundas de operações de crédito rural, e dá outras providências. Brasília, DF:

Presidência da República. Disponível em:

[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/LEIS/2003/L10.696.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/2003/L10.696.htm). Acesso em: 12 nov. 2019.

**BRASIL. Lei nº 11.326, de 24 de julho de 2006.** Estabelece as diretrizes para a formulação da Política Nacional da Agricultura Familiar e Empreendimentos Familiares Rurais. Brasília, DF: Presidência da República. Disponível em:

[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_Ato2004-2006/2006/Lei/L11326.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2006/Lei/L11326.htm). Acesso em: 04 jun. 2019.

**BRASIL. Lei nº 11.892, de 29 de dezembro de 2008.** Institui a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, cria os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, e dá outras providências. Brasília, DF: Presidência da República. Disponível em:

[https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2007-2010/2008/lei/111892.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/lei/111892.htm). Acesso em: 18 nov. 2020.

**BRASIL. Lei nº 11.947, de 16 de junho de 2009.** Dispõe sobre o atendimento da alimentação escolar e do Programa Dinheiro Direto na Escola aos alunos da educação básica; altera as Leis nos 10.880, de 9 de junho de 2004, 11.273, de 6 de fevereiro de 2006, 11.507, de 20 de julho de 2007; revoga dispositivos da Medida Provisória no 2.178-36, de 24 de agosto de 2001, e a Lei no 8.913, de 12 de julho de 1994; e dá outras providências. Brasília, DF: Presidência da República. Disponível em:

[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2007-2010/2009/lei/111947.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2009/lei/111947.htm). Acesso em: 04 jun. 2019.

**BRASIL. Lei nº 12.512, de 14 de outubro de 2011.** Institui o Programa de Apoio à Conservação Ambiental e o Programa de Fomento às Atividades Produtivas Rurais; altera as Leis nºs 10.696, de 2 de julho de 2003, 10.836, de 9 de janeiro de 2004, e 11.326, de 24 de julho de 2006. Brasília, DF: Presidência da República. Disponível em:

[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_Ato2011-2014/2011/Lei/L12512.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/2011/Lei/L12512.htm). Acesso em: 04 jun. 2019.

**BRASIL. Lei nº 13.465, de 11 de julho de 2017.** Dispõe sobre a regularização fundiária rural e urbana, sobre a liquidação de créditos concedidos aos assentados da reforma agrária e sobre a regularização fundiária no âmbito da Amazônia Legal; institui mecanismos para aprimorar a eficiência dos procedimentos de alienação de imóveis da União; altera as Leis nos 8.629, de 25 de fevereiro de 1993, 13.001, de 20 de junho de 2014, 11.952, de 25 de junho de 2009, 13.340, de 28 de setembro de 2016, 8.666, de 21 de junho de 1993, 6.015, de 31 de dezembro de 1973, 12.512, de 14 de outubro de 2011, 10.406, de 10 de janeiro de 2002 (Código Civil), 13.105, de 16 de março de 2015 (Código de Processo Civil), 11.977, de 7 de julho de 2009, 9.514, de 20 de novembro de 1997, 11.124, de 16 de junho de 2005, 6.766, de 19 de dezembro de 1979, 10.257, de 10 de julho de 2001, 12.651, de 25 de maio de 2012, 13.240, de 30 de dezembro de 2015, 9.636, de 15 de maio de 1998, 8.036, de 11 de maio de 1990, 13.139, de 26 de junho de 2015, 11.483, de 31 de maio de 2007, e a 12.712, de 30 de agosto de 2012, a Medida Provisória nº 2.220, de 4 de setembro de 2001, e os Decretos-Leis nº 2.398, de 21 de dezembro de 1987, 1.876, de 15 de julho de 1981, 9.760, de 5 de setembro de 1946, e 3.365, de 21 de junho de 1941; revoga dispositivos da Lei Complementar nº 76, de 6 de julho de 1993, e da Lei nº 13.347, de 10 de outubro de 2016; e dá outras providências. Brasília, DF: Presidência da República. Disponível em:

[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_Ato2015-2018/2017/Lei/L13465.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2017/Lei/L13465.htm). Acesso em: 12 nov. 2019.

BRASIL. **Medida Provisória nº 1.784, de 14 de dezembro de 1998**. Dispõe sobre o repasse de recursos financeiros do Programa Nacional de Alimentação Escolar, institui o Programa Dinheiro Direto na Escola, e dá outras providências. Brasília, DF: Presidência da República. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/mpv/antigas/1784.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/mpv/antigas/1784.htm). Acesso em: 03 dez. 2020.

BRASIL. **Medida Provisória nº 726, de 12 de maio de 2016**. Altera e revoga dispositivos da Lei nº 10.683, de 28 de maio de 2003, que dispõe sobre a organização da Presidência da República e dos Ministérios. Brasília, DF: Presidência da República. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_Ato2015-2018/2016/Mpv/mpv726.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2016/Mpv/mpv726.htm). Acesso em: 19 nov. 2020.

BRASIL. Ministério da Educação. **Resolução/CD/FNDE nº 1, de 8 de fevereiro de 2017**. Altera o valor per capita para oferta da alimentação escolar do Programa de Alimentação Escolar - PNAE. Brasília, DF. Disponível em: <http://www.educacao.ma.gov.br/files/2015/09/RESOLU%C3%87%C3%83O-N%C2%BA-1-DE-8-DE-FEVEREIRO-DE-2017.pdf>. Acesso em: 12 nov. 2019.

BRASIL. Ministério da Educação. **Resolução/CD/FNDE nº 4, de 2 de abril de 2015**. Altera a redação dos artigos 25 a 32 da Resolução/CD/FNDE nº 26, de 17 de junho de 2013, no âmbito do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE). Brasília, DF. Disponível em: [http://www.gestaoescolar.diaadia.pr.gov.br/arquivos/File/alimenatacao\\_escolar/resolucao042015\\_ceae.pdf](http://www.gestaoescolar.diaadia.pr.gov.br/arquivos/File/alimenatacao_escolar/resolucao042015_ceae.pdf). Acesso em: 12 nov. 2019.

BRASIL. **Projeto de Lei do Senado nº 331, de 2017**. Altera a Lei nº 11.947, de 16 de junho de 2009, para estabelecer que 50% dos recursos financeiros repassados pela União para o Programa Nacional de Alimentação Escolar sejam destinados à aquisição de gêneros alimentícios diretamente da agricultura familiar. Brasília, DF: Senado Federal. Disponível em: <https://www25.senado.leg.br/web/atividade/materias/-/materia/130840>. Acesso em: 04 jun. 2019.

BUAINAIN, A. M. **Agricultura familiar, agroecologia e desenvolvimento sustentável: questões para debate**. 1. ed. Brasília: IICA, 2006.

CARNEIRO, M. J. Política pública e agricultura familiar: uma leitura do Pronaf. **Revista Estudos Sociedade e Agricultura**, Rio de Janeiro, v. 5, n. 1, p. 70-82, 1997.

CARVALHO, J. G. **Economia agrária**. 1. ed. Rio de Janeiro: CECIERJ, 2015.

COLLIS, J.; HUSSEY, R. **Pesquisa em administração: um guia prático para alunos de graduação e pós-graduação**. 2. ed. Porto Alegre: Bookman, 2005.

CONSTANTY, H. F. P. H.; ZONIN, W. J. Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) e sustentabilidade: o caso do município de Marechal Cândido Rondon. **Revista Desenvolvimento e Meio Ambiente**, Curitiba, v. 36, p. 371-392, 2016.

COSTA, B. A. L.; JUNIOR, P. C. G. A.; SILVA, M. G. As Cooperativas de Agricultura Familiar e o Mercado de Compras Governamentais em Minas Gerais. **Revista de Economia e Sociologia Rural**, Brasília, v. 53, n. 1, p. 109-126, 2015.

CUNHA, W. A.; FREITAS, A. F.; SALGADO, R. J. S. F. Efeitos dos Programas Governamentais de Aquisição de Alimentos para a Agricultura Familiar em Espera Feliz, MG. **Revista de Economia e Sociologia Rural**, Brasília, v. 55, n. 3, p. 427-444, 2017.

DANELON, M. A. S.; DANELON, M. S.; SILVA, M. V. Serviços de alimentação destinados ao público escolar: análise da convivência do Programa de Alimentação Escolar e das cantinas. **Revista Segurança Alimentar e Nutricional**, Campinas, v. 13, n. 1, p. 85-94, 2006.

DEMO, P. **Metodologia do conhecimento científico**. 1. ed. São Paulo: Atlas, 2014.

DIAS, T. F. et al. O Programa de Aquisição de Alimentos da Agricultura Familiar (PAA) como estratégia de inserção socioeconômica: o caso do Território da Cidadania Sertão do Apodi (RN). **Revista Brasileira de Gestão e Desenvolvimento Regional**, Taubaté, v. 9, n. 3, p. 100-129, 2013.

ESQUERDO, V. F. S.; BERGAMASCO, S. M. P. P. Análise sobre o acesso aos programas de políticas públicas da agricultura familiar nos municípios do Circuito das Frutas (SP). **Revista de Economia e Sociologia Rural**, Brasília, v. 52, supl. 1, p. 205-222, 2014.

FREY, K. Políticas públicas: um debate conceitual e reflexões referentes à prática da análise de políticas públicas no Brasil. **Revista Planejamento e Políticas Públicas**, Brasília, n. 21, p. 211-260, 2000.

GABRIEL, C. G. et al. Proposta e aplicabilidade de modelo para avaliação da gestão municipal do Programa Nacional de Alimentação Escolar. **Cadernos de Saúde Pública**, Rio de Janeiro, v. 30, n. 8, p. 1731-1744, 2014.

GIL, A. C. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

GRISA, C.; SCHNEIDER, S. Três gerações de políticas públicas para a agricultura familiar e formas de interação entre sociedade e estado no Brasil. **Revista de Economia e Sociologia Rural**, Brasília, v. 52, supl. 1, p. 125-146, 2014.

HESPANHOL, R. A. M. Programa de Aquisição de Alimentos: limites e potencialidades de políticas de segurança alimentar para a agricultura familiar. **Revista Sociedade & Natureza**, Uberlândia, v. 25, n. 3, p. 469-483, 2013.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Censo Agropecuário**. Rio de Janeiro, 2019.

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE SÃO PAULO. **Plano de Desenvolvimento Institucional 2019/2023**. Brasília: Ministério da Educação: IFSP, 2019.

KROTH, D. C.; GEREMIA, D. S.; MUSSIO, B. R. Programa Nacional de Alimentação Escolar: uma política pública saudável. **Revista Ciência & Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, v. 25, n. 10, p. 4065-4076, 2020.

LIBERMANN, A. P.; BERTOLINI, G. R. F. Tendências de pesquisa em políticas públicas: uma avaliação do Programa Nacional de Alimentação Escolar - PNAE. **Revista Ciência & Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, v. 20, n. 11, p. 3533-3546, 2015.

LOPES, I. D.; BASSO, D.; BRUM, A. L. Cadeias agroalimentares curtas e o mercado de alimentação escolar na rede municipal de Ijuí, RS. **Revista Interações**, Campo Grande, v. 20, n. 2, p. 543-557, 2019.

MACHADO, P. M. O. et al. Compra de alimentos da agricultura familiar pelo Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE): estudo transversal com o universo de municípios brasileiros. **Revista Ciência & Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, v. 23, n. 12, p. 4153-4164, 2018.

MARQUES, A. A. et al. Reflexões de agricultores familiares sobre a dinâmica de fornecimento de seus produtos para a alimentação escolar: o caso de Araripe, Ceará. **Saúde e Sociedade**, São Paulo, v. 23, n. 4, p. 1329-1341, 2014.

MARTINS, G. A. **Estudo de caso: uma estratégia de pesquisa**. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

MDA. **Novo retrato da agricultura familiar: o Brasil redescoberto**. 1. ed. Brasília: FAO/INCRA, 2000.

MELO, M. N. T.; SÁ, R. M. P. F.; FILHO, D. A. M. Sustentabilidade de um programa de alimentação escolar bem-sucedido: estudo de caso no Nordeste do Brasil. **Revista Ciência & Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, v. 21, n. 6, p. 1899-1908, 2016.

NEVES, D. P. Agricultura familiar: quantos ancoradouros! In: FERNANDES, B. M.; MARQUES, M. I. M.; SUZUKI, J. C. (Orgs.). **Geografia agrária: teoria e poder**. São Paulo: UNESP, 2007, p. 211-270.

OLIVEIRA, J. A. P. Desafios do planejamento em políticas públicas: diferentes visões e práticas. **Revista de Administração Pública**, Rio de Janeiro, v. 40, n. 2, p. 273-288, 2006.  
PEIXINHO, A. M. L. A trajetória do Programa Nacional de Alimentação Escolar no período de 2003-2010: relato do gestor nacional. **Revista Ciência & Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, v. 18, n. 4, p. 909-916, 2013.

PEIXINHO, A. M. L. **Um resgate histórico do Programa Nacional de Alimentação Escolar - PNAE**. 2011. 135 f. Dissertação (Mestrado Profissional em Ensino em Ciências da Saúde) – Escola Paulista de Enfermagem, Programa de Pós-Graduação em Ensino em Ciências da Saúde, Universidade Federal de São Paulo, São Paulo, SP, 2011.  
PEREIRA, J. C. R. **Análise de Dados Qualitativos: Estratégias Metodológicas para as Ciências da Saúde, Humanas e Sociais**. 3. ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2004.

- PMI. **Um Guia do Conhecimento em Gerenciamento de Projetos (Guia PMBOK)**. 6. ed. EUA: Project Management Institute, 2017.
- PORRUA, P. et al. Avaliação da Gestão do Programa Nacional de Alimentação Escolar sob a ótica do fomento da agricultura familiar. **Cadernos Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, v. 28, n. 3, p. 426-437, 2020.
- RIBEIRO, A. L. P.; CERATTI, S.; BROCH, D. T. Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) e a participação da agricultura familiar em municípios do Rio Grande do Sul. **Revista Gestão e Desenvolvimento em Contexto**, Cruz Alta, v. 1, n. 1, p. 36-49, 2013.
- RODRIGUES, P. S. O Programa Nacional de Alimentação Escolar: história e modalidades de gestão. **Revista Brasileira de Política e Administração da Educação**, Goiânia, v. 29, n. 1, p. 137-155, 2013.
- SAMBUICHI, R. H. R. et al. Compras públicas sustentáveis e agricultura familiar: a experiência do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE). In: SAMBUICHI, R. H. R. et al. (Orgs.). **Políticas agroambientais e sustentabilidade: desafios, oportunidades e lições aprendidas**. Brasília: IPEA, 2014, p. 75-104.
- SANTOS, F. et al. Avaliação da inserção de alimentos orgânicos provenientes da agricultura familiar na alimentação escolar, em municípios dos territórios rurais do Rio Grande do Sul, Brasil. **Revista Ciência & Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, v. 19, n. 5, p. 1429-1436, 2014.
- SANTOS, L. M. P. et al. Avaliação de políticas públicas de segurança alimentar e combate à fome no período 1995-2002. 4 – Programa Nacional de Alimentação Escolar. **Cadernos de Saúde Pública**, Rio de Janeiro, v. 23, n. 11, p. 2681-2693, 2007.
- SARAIVA, E. B. et al. Panorama da compra de alimentos da agricultura familiar para o Programa Nacional de Alimentação Escolar. **Revista Ciência & Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, v. 18, n. 4, p. 927-936, 2013.
- SCHMITT, C. J. Aquisição de alimentos da agricultura familiar: integração entre política agrícola e segurança alimentar e nutricional. **Revista de Política Agrícola**, Brasília, v. 14, n. 2, p. 78-88, 2005.
- SCHNEIDER, S. et al. Os efeitos da pandemia da Covid-19 sobre o agronegócio e a alimentação. **Estudos Avançados**, São Paulo, v. 34, n. 100, p. 167-188, 2020.
- SCHNEIDER, S. Teoria social, agricultura familiar e pluriatividade. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, São Paulo, v. 18, n. 51, p. 99-121, 2003.
- SCHWARTZMAN, F. et al. Antecedentes e elementos da vinculação do programa de alimentação escolar do Brasil com a agricultura familiar. **Cadernos de Saúde Pública**, Rio de Janeiro, v. 33, n. 12, p. 1-15, 2017.
- SILVA, M. F. S.; NUNES, E. D. Josué de Castro e o pensamento social brasileiro. **Revista Ciência & Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, v. 22, n. 11, p. 3677-3687, 2017.



SILVA, M. G.; DIAS, M. M.; JUNIOR, P. C. G. A. Mudanças Organizacionais em Empreendimentos de Agricultura Familiar a partir do Acesso ao Programa Nacional de Alimentação Escolar. **Revista de Economia e Sociologia Rural**, Brasília, v. 53, n. 2, p. 289-304, 2015.

SIQUEIRA, R. L. et al. Análise da incorporação da perspectiva do Direito Humano à alimentação adequada no desenho institucional do Programa Nacional de Alimentação Escolar. **Revista Ciência & Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, v. 19, n. 1, p. 301-310, 2014.

SOUZA, C. Políticas públicas: uma revisão da literatura. **Revista Sociologias**, Porto Alegre, n. 16, p. 20-45, 2006.

TEIXEIRA, E. C. O papel das políticas públicas no desenvolvimento local e na transformação da realidade. In: ASSOCIAÇÃO DE ADVOGADOS DE TRABALHADORES RURAIS NO ESTADO DA BAHIA, 2002, Salvador. **Anais eletrônicos...** Salvador: AATR-BA, 2002. Disponível em: <[http://www.dhnet.org.br/dados/cursos/aatr2/a\\_pdf/03\\_aatr\\_pp\\_papel.pdf](http://www.dhnet.org.br/dados/cursos/aatr2/a_pdf/03_aatr_pp_papel.pdf)>. Acesso em: 12 nov. 2019.

VIEIRA, M. H. M. **PNAE e agricultura familiar em Santa Maria/RS**: “Muitos os chamados, poucos os escolhidos”. 2014. 155 f. Dissertação (Mestrado em Extensão Rural) – Centro de Ciências Rurais, Programa de Pós-Graduação em Extensão Rural, Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, RS, 2014.

VILLAR, B. S. et al. Situação dos municípios do estado de São Paulo com relação à compra direta de produtos da agricultura familiar para o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE). **Revista Brasileira de Epidemiologia**, São Paulo, v. 16, n. 1, p. 223-226, 2013.

VOGT, S. P. C.; SOUZA, R. S. Mercados institucionais locais como instrumento de fortalecimento da agricultura familiar: uma análise do Programa de Aquisição de Alimentos na Região Celeiro – RS. In: CONGRESSO DA SOCIEDADE BRASILEIRA DE ECONOMIA, ADMINISTRAÇÃO E SOCIOLOGIA RURAL, 47., 2009, Porto Alegre. **Anais...** Porto Alegre: SOBER, 2009. p. 1-20.

YIN, R. K. **Estudo de caso**: planejamento e métodos. 5. ed. Porto Alegre: Bookman, 2015.

## **ANEXOS**

### **ANEXO A – Termo de Consentimento Livre e Esclarecido**

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO CARLOS  
CENTRO DE EDUCAÇÃO E CIÊNCIAS HUMANAS / PROGRAMA DE PÓS-  
GRADUAÇÃO EM GESTÃO DE ORGANIZAÇÕES E SISTEMAS PÚBLICOS

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO  
(Resolução 466/2012 do CNS)

LIMITES E POSSIBILIDADES DAS COMPRAS INSTITUCIONAIS PARA O  
FORTALECIMENTO DA AGRICULTURA FAMILIAR: ESTUDO DE CASO DO IFSP –  
CAMPUS AVARÉ

Eu, Gustavo Yoshio Watanabe, estudante do Programa de Pós-Graduação em Gestão de Organizações e Sistemas Públicos da Universidade Federal de São Carlos – UFSCar o(a) convido a participar da pesquisa “Limites e possibilidades das compras institucionais para o fortalecimento da agricultura familiar: estudo de caso do IFSP – campus Avaré” orientada pelo Prof. Dr. Wagner de Souza Leite Molina.

A realização desta pesquisa se justifica pela experiência pioneira, no âmbito dos Institutos Federais de São Paulo, do campus Avaré na compra junto à agricultura familiar, no ano de 2016, via Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE). Fato este que motivou o estudo e, como consequência, o respeito e admiração pelo tema. Outra justificativa se sustenta no sentido da análise das políticas pelo viés dos agricultores familiares, estabelecendo triangulações com o estado da arte levantado visando investigar os objetivos do trabalho e contribuir com a evolução dos estudos com essa temática.

O objetivo geral desta pesquisa é avaliar as contribuições através das execuções do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) e do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), pelo Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo – campus Avaré, para o fortalecimento da agricultura familiar.

Você foi selecionado(a) por ter participado, ainda participar ou não ter participado como beneficiário do PAA e/ou do PNAE nas compras realizadas pelo IFSP – campus Avaré no período de 2016 a 2019. Deste modo, você será convidado a responder uma entrevista estruturada com tópicos sobre diversos aspectos que envolvem essas compras, visando sempre e apenas colaborar com o objetivo da pesquisa.

Essa entrevista será individual e realizada, preferencialmente, de forma presencial em data e local a ser combinado com o entrevistado. Porém, caso prefira que o questionário seja aplicado remotamente, esta solicitação deverá ser feita ao pesquisador e, somente neste caso, será adotada essa opção para a realização desta pesquisa. A aceitação em participar da pesquisa, corresponde à assinatura do TCLE.

As perguntas não serão invasivas à intimidade dos participantes, entretanto, esclareço que a participação na pesquisa pode gerar estresse e desconforto como resultado da exposição de opiniões pessoais em responder perguntas que envolvem as próprias ações e também constrangimento e intimidação. Diante dessas situações, os participantes terão garantidas pausas nas entrevistas, a liberdade de não responder as perguntas quando a considerarem constrangedoras, podendo interromper a entrevista a qualquer momento. Serão retomados nessa situação os objetivos a que esse trabalho se propõe e os possíveis benefícios que a pesquisa possa trazer. Em caso de encerramento das entrevistas por qualquer fator descrito acima, o pesquisador irá orientá-lo e encaminhá-lo para profissionais especialistas e serviços disponíveis, se necessário, visando o bem-estar de todos os participantes.

Esclareço, porém, que as respostas coletadas junto aos participantes serão analisadas em seu conjunto, de forma a tornar impossível uma vinculação individual entre os participantes e as respostas obtidas. Os resultados da pesquisa serão apresentados somente de forma agregada de modo a garantir o sigilo e a privacidade do participante, bem como serão utilizados nomes fictícios, entre outras estratégias que assegurem a não identificação dos indivíduos respondentes.

Os riscos consistem em cansaço ou aborrecimento ao responder questionários ou, ainda, na exposição a respeito das opiniões que forem dadas, no entanto as medidas para gerenciamento dos mesmos encontram-se descritas acima. Novamente, ressaltamos que os resultados serão apresentados de forma agregada, visando garantir o sigilo e a privacidade de cada participante, e dessa forma consideramos baixos os riscos de participação nesta pesquisa.

Sua participação nessa pesquisa auxiliará na obtenção de dados que poderão ser utilizados para fins científicos, proporcionando maiores informações e discussões que poderão

trazer benefícios para as compras feitas pelo IFSP – campus Avaré, bem como para a construção de novos conhecimentos e para a identificação de novas alternativas e possibilidades para a realização desta atividade.

Sua participação é voluntária e não haverá compensação em dinheiro pela sua participação. A qualquer momento o(a) senhor(a) pode desistir de participar e retirar seu consentimento. Sua recusa ou desistência não lhe trará nenhum prejuízo profissional, seja em sua relação ao pesquisador, à Instituição em que trabalha ou à Universidade Federal de São Carlos. Todas as informações obtidas através da pesquisa serão confidenciais, sendo assegurado o sigilo sobre sua participação em todas as etapas do estudo. Caso haja menção a nomes, a eles serão atribuídas letras, com garantia de anonimato nos resultados e publicações, impossibilitando sua identificação.

Solicito sua autorização para gravação em áudio das entrevistas. As gravações realizadas durante a entrevista estruturada serão transcritas pelo pesquisador e por mais um profissional experiente nessa ação, garantindo que se mantenha o mais fidedigna possível. Depois de transcrita será apresentada aos participantes para validação das informações.

Você receberá uma via deste termo, rubricada em todas as páginas por você e pelo pesquisador, onde consta o telefone e o endereço do pesquisador principal. Você poderá tirar suas dúvidas sobre o projeto e sua participação agora ou a qualquer momento.

Os resultados poderão ser acompanhados ao final dessa pesquisa, momento em que o pesquisador garantirá seu acesso ao relatório final (dissertação) por meio eletrônico.

Se você tiver qualquer problema ou dúvida durante a sua participação na pesquisa poderá comunicar-se pelo telefone (14) 99778-1738 ou pelo e-mail [gustavo\\_watanabe@hotmail.com](mailto:gustavo_watanabe@hotmail.com).

Declaro que entendi os objetivos, riscos e benefícios de minha participação na pesquisa e concordo em participar. O pesquisador me informou que o projeto foi aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa em Seres Humanos da UFSCar que funciona na Pró-Reitoria de Pesquisa da Universidade Federal de São Carlos, localizada na Rodovia Washington Luiz, Km. 235 - Caixa Postal 676 - CEP 13.565-905 - São Carlos/SP - Brasil. Fone (16) 3351-9685. Endereço eletrônico: [cephumanos@ufscar.br](mailto:cephumanos@ufscar.br)

Endereço para contato (24 horas por dia e sete dias por semana):

Pesquisador Responsável: Gustavo Yoshio Watanabe

Endereço: Av. Prof. Celso Ferreira da Silva, 1.333, Jd. Europa I, Avaré/SP, 18707-150

Contato telefônico: (14) 99778-1738 E-mail: gustavo\_watanabe@hotmail.com

Local e data: \_\_\_\_\_

Gustavo Yoshio Watanabe

Nome do Pesquisador

\_\_\_\_\_

Nome do Participante

\_\_\_\_\_

Assinatura do Pesquisador

\_\_\_\_\_

Assinatura do Participante

## **ANEXO B – Roteiro de Entrevista**

1. Qual seu nome?

2. Qual a sua idade?

3. Qual sua profissão?

4. Já forneceu ou fornece gêneros alimentícios para alimentação escolar através de algum programa do governo federal como o PAA e/ou PNAE? Incluindo vendas para Prefeituras, Universidades Federais, Institutos Federais, entre outros. Caso afirmativo, quais? (Caso já tenha fornecido, avançar para a Questão 8).

5. Desconhece essas políticas públicas?

6. Caso tenha conhecimento, mas não tenha participado de nenhum edital, qual foi a dificuldade (ou quais foram as dificuldades) para não ter participado? Assinale a(s) alternativa(s).

(A) Não teve conhecimento do edital;

(B) Não conseguiria atender as exigências de logística;

(C) Não conseguiria atender as exigências documentais do edital, como: elaboração do projeto de venda, certificações de produtos orgânicos, entre outros;

(D) Não conseguiria atender as demandas de produção;

(E) Preços de comercialização não são interessantes;

(F) Outras dificuldades, por gentileza, cite-as.

7. Dentre as dificuldades que assinalou na questão anterior, poderia hierarquizá-las (em uma ordem, qual seria a maior dificuldade identificada até a menor delas). (Avançar para a Questão 14).

8. Há quanto tempo participa ou participou da venda, através desses programas, para o IFSP – campus Avaré?

9. Encontrou alguma dificuldade (ou mais de uma) durante esse processo? Assinale a(s) alternativa(s):

(A) Problemas com a documentação exigida nos editais (exigência de certificação orgânica de produtos, dificuldade na elaboração de projeto de venda, dificuldade na emissão de documentos fiscais, entre outros);

(B) Problemas com a entrega dos gêneros alimentícios (transporte);

(C) Problemas com a entrega (qualidade exigida dos produtos, necessidade de embalagens apropriadas/higienização, entre outros);

(D) Problemas com a variedade de itens que são demandados (pouca variação de itens);

(E) Impossibilidade de substituir variedades;

(F) Problemas com a forma e prazos para recebimento do pagamento;

(G) Preços de comercialização não são interessantes;

(H) Dificuldade na compreensão dos editais;

(I) Outras dificuldades, por gentileza, cite-as.

10. Dentre as dificuldades que assinalou na questão anterior, poderia hierarquizá-las (em uma ordem, qual seria a maior dificuldade identificada até a menor delas).

11. E como superou essas dificuldades? Recebeu auxílio de organizações ou outras pessoas? Qual foi a ajuda recebida e qual foi a importância dela?

12. Da renda que extrai da agricultura, quanto é referente à venda para o IFSP – campus Avaré? Por exemplo: inteira (100%), mais da metade (75%), metade (50%), menos da metade (25%), ou menos de 25%.

13. Qual a importância desses programas para você?

14. Com relação aos problemas levantados nas Questões 6 e 9, participa de cursos ou troca de experiências e qual organização é responsável (ou quais organizações são responsáveis) pela coordenação deles? Onde são realizados e com que frequência? Quais temas abordam?

15. Gostaria de mais espaços para discussões dessas problemáticas levantadas? Participaria dessas discussões?

16. Qual a importância desses espaços de formação?

17. No contexto atual, de pandemia causada pelo coronavírus, qual foi o impacto na sua renda?

18. No contexto atual, de pandemia causada pelo coronavírus, participar desses programas influencia positivamente na sua renda?